

## SUBPROJETO IV

# ANUÁRIO DOS TRABALHADORES COM SÉRIE HISTÓRICA: INFORMAÇÕES REGULARES PARA O DIÁLOGO SOCIAL

### Pesquisa / Estudo

(Outros produtos específicos de Estudos/Pesquisas)

### Paper 11

Conteúdo referente a análise das formas de produção da  
vulnerabilidade social

Operacionalização e análise de alguns indicadores propostos de  
vulnerabilidade social

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – nº. 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo

2007



Ministério do  
Trabalho e Emprego



**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro do Trabalho e Emprego**

Carlos Lupi

**Secretário Executivo - SE**

André Peixoto Figueiredo Lima

**Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE**

Ezequiel Sousa do Nascimento

**Secretário de Relações do Trabalho – SRT**

Luiz Antonio de Medeiros Neto

© copyright 2007 – Ministério do Trabalho e Emprego  
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE  
Departamento de Qualificação – DEQ  
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, sala 300  
CEP 70059-900 – Brasília – DF  
Telefones: (0XX61) 3317-6239 / 3317-6004 – FAX: (0XX61) 3317-8217  
E-mail: [qualificacao@mte.gov.br](mailto:qualificacao@mte.gov.br)

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **DIEESE**

### **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)

<http://www.dieese.org.br>

## **Direção Nacional**

João Vicente Silva Cayres – Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente - STI Metalúrgicas Mecânicas Osasco

Tadeu Moraes de Sousa – Secretário - STI Metalúrgicas São Paulo Mogi Região

## **Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

## **Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – nº. 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo**

## **Ficha Técnica - DIEESE**

### **Coordenação**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto  
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva  
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira  
Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora Subprojeto I  
Lavínia Maria de Moura Ferreira - Coordenadora Subprojeto II  
Joana Cabete Biava – Coordenadora Subprojeto III  
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV  
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V  
Suzanna Sochaczewski – Coordenadora Subprojeto VI  
Ana Cláudia Moreira Cardoso – Coordenadora Subprojeto VII

### **Apoio Administrativo**

Gilza Gabriela de Oliveira  
Juliana da Silva Matos Leal  
Maria Lúcia Leal de Oliveira  
Maria Neuma Brito  
Maria Nilza Macedo  
Marleze Azevedo Fraga Elisiario  
Natali Machado Souza  
Rosane Emília Rossini  
Terrânea Maria Bispo

### **Entidade Executora**

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

### **Consultores**

Marlene Seica Shiroma Goldenstein  
Solange de Souza Bastos  
Sônia Maria Gonzaga de Oliveira

### **Financiamento**

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

## **Ficha Técnica - UNICAMP**

### **Coordenação**

Claudio Salvadori Dedecca – Coordenador Geral do Projeto

### **Equipe Executora**

#### **Subprojeto III:**

Claudio Salvadori Dedecca – Coordenação de Área  
Amilton José Moretto – Pesquisador  
Marcelo Weishaupt Proni - Pesquisador  
Alexandre de Freitas Barbosa – Pesquisador  
Adriana Jungbluth – Pesquisadora  
Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro - Pesquisador  
Cassiano José Bezerra Marques Trovão – Auxiliar de Pesquisa  
Lara Borges Caldas – Auxiliar de Pesquisa  
Camila Santos Matos de Freitas Ribeiro – Auxiliar de Pesquisa  
Eccen Excelência em Tecnologia Ltda

#### **Subprojeto IV:**

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira - Coordenação de Área  
Márcio Percival Alves Pinto (afastado) – Coordenação de Área  
Paulo Eduardo de Andrade Baltar - Pesquisador  
Simone Silva de Deos - Pesquisador  
Ana Rosa Ribeiro de Mendonça Sarti - Pesquisador  
Marcos Antonio Macedo Cintra - Pesquisador  
Rafael Fagundes Cagnin – Auxiliar de Pesquisa  
Lígia Martins – Auxiliar de Pesquisa  
Paulo Amora – Auxiliar de Pesquisa

#### **Subprojeto IV:**

Márcio Pochmann – Coordenação de Área  
Anselmo Luís dos Santos – Coordenação de Área  
José Dari Krein - Pesquisador  
Leandro Pereira Morais - Pesquisador  
Fabiano Lago Garrido – Auxiliar de Pesquisa  
Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro – Auxiliar de Pesquisa

## **Contrato SPPE-MTE/DIEESE/IE-UNICAMP-FUNCAMP**

## SUMÁRIO

INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO OPERACIONALIZAÇÃO E ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES PROPOSTOS	07
1. INTRODUÇÃO	07
2. INDICADORES DE VULNERABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DAS SOBREPOSIÇÕES DE SITUAÇÕES VULNERÁVEIS E DA DESAGREGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA O MEIO URBANO RURAL	09
3. A OPERACIONALIZAÇÃO DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO COM OS DADOS DA PNAD: MAIOR GRAU DE SOBREPOSIÇÃO E COMPARAÇÕES ESTADUAIS	19
4. A VULNERABILIDADE À DEMISSÃO NO SETOR FORMAL	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

## **INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO OPERACIONALIZAÇÃO E ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES PROPOSTOS**

### **1. INTRODUÇÃO**

Esse texto complementa os relatórios anteriores sobre Indicadores de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho - aspectos metodológicos dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, finalizando o projeto proposto. Naqueles relatórios foram realizadas avaliações conceituais e metodológicas relativas a diversas perspectivas necessárias para a construção de indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro. Foi produzida uma discussão acerca do conceito de vulnerabilidade no mundo do trabalho, considerando vários trabalhos desenvolvidos em outros países e no Brasil. Também foram analisados os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho geralmente utilizados no Brasil, assim como as potencialidades e os limites das fontes de informações existentes. Buscou-se também explorar, com ênfase nas questões metodológicas, as possibilidades de melhorar os indicadores brasileiros existentes, aumentar o grau de cruzamento entre diferentes variáveis, apontar a ausência de dados que torna impossível tratar algumas dimensões ou aspectos da vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, assim como discutir os recortes temporais (periodicidade) e espaciais. Com o objetivo de avançar nessa perspectiva metodológica foi elaborado um conjunto de novos indicadores, a partir de recentes cruzamentos de variáveis usualmente utilizadas ou da busca de novas variáveis e indicadores, empregando dados da PNAD/IBGE e da RAIS/MTE.

Neste relatório, são apresentados e examinados os dados relativos aos indicadores propostos nos quadros 3.3, 3.4 e 3.5, produzidos a partir da análise metodológica e de indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho realizada na fundamentação anterior e que conformou o Produto 2 da presente pesquisa. Com a apresentação e análise dos dados, espera-se que diversas questões metodológicas associadas aos indicadores possam ficar mais compreensíveis e que a verificação possa revelar a importância dos pressupostos que guiaram a construção dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro. O conteúdo demonstrado neste relatório, portanto, corresponde ao Produto 3, e à parte final do conteúdo definido no projeto da presente pesquisa.

Nas seções seguintes deste trabalho são mostrados e verificados os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, construídos nesta pesquisa a partir dos dados da PNAD (2002 e 2006) e da RAIS (2002 e 2005). A operacionalização destes indicadores foi realizada para o conjunto do país e para dois estados da federação brasileira, São Paulo e Bahia.

Na Seção 2, analisa-se os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro para o conjunto do país e para o meio urbano e rural, com menor grau de sobreposição e detalhamento, a começar das informações da PNAD, para os anos de 2002 e 2006. Na Seção 3, são demonstrados e analisados um conjunto de indicadores construídos a partir de um grau mais elevado de sobreposição de situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho, para os anos de 2002 e 2006, com os dados da PNAD/IBGE. São indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro capazes de refletir aspectos do setor formal e informal deste universo. Assim, examina-se os indicadores com níveis maiores de sobreposições de situações de vulnerabilidade, para o conjunto do País e para os estados de São Paulo e da Bahia, procurando destacar as diferenças de vulnerabilidade no mundo do trabalho entre universos territoriais marcados por expressivas diversidades na estrutura produtiva e ocupacional e, portanto, por diferentes estruturas de geração de oportunidades de trabalho pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade. Esses universos territoriais também são apontados por diferentes estruturas sociais e socioculturais, que refletem-se em diversos padrões de conformação dos segmentos vulneráveis, ou seja, que apresentam variada distribuição da população em termos de grau de instrução, faixa etária, população branca e não branca, migrante recentes etc. Deve-se lembrar que, neste caso, os indicadores não foram elaborados para o meio urbano e rural, pois isso resultaria em problemas amostrais, especialmente para os dados do meio rural.

Na Seção 4, são apresentados e analisados os indicadores de vulnerabilidade à demissão no setor formal, sem justa causa, construídos na presente pesquisa a partir dos dados da RAIS (2002 e 2005), cujas informações foram organizadas para o conjunto do país e também para os estados de São Paulo e da Bahia. Esse indicadores podem expressar alguns impactos das mudanças ocorridas na estrutura de emprego do setor formal, em função de alterações do nível da atividade, de mudanças tecnológicas, organizacionais, entre outras, que acabam tendo impacto em termos de criação e destruição de postos de trabalho no setor formal e que apresentam embates diferenciados nos diversos segmentos da população. A



comparação entre as duas unidades da federação também pode revelar de que forma as modificações e as respectivas estruturas produtivas, ocupacionais e socioculturais afetam diferentemente a população em relação à vulnerabilidade à demissão sem justa causa. Na seção 5, são apontadas as considerações finais.

## **2. INDICADORES DE VULNERABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DAS SOBREPOSIÇÕES DE SITUAÇÕES VULNERÁVEIS E DA DESAGREGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA O MEIO URBANO E RURAL.**

No Quadro 2.1, apresenta-se um conjunto de indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho, considerando algumas sobreposições de diferentes situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro (sexo, faixa etária, famílias chefiadas por homens ou por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, cor ou raça – população branca e não branca -, grau de instrução e tempo de residência - migrantes recentes). São mostrados alguns totais de universos de segmentos não considerados vulneráveis no mundo do trabalho (homens, população branca etc.) para que sejam facilitadas algumas comparações e, portanto, a análise. Nos quadros 2.2. e 2.3, são demonstrados os mesmos tipos de informações, mas relativas, respectivamente, ao meio urbano e ao meio rural. Para cada quadro, são apresentados quadros auxiliares (2.1a, 2.2a e 2.3a) com dados sobre a variação nominal dos rendimentos do trabalho<sup>1</sup>, também para os anos de 2002 e 2006, e relativos ao conjunto do país, ao meio urbano e ao meio rural, respectivamente.

Em geral, as informações do Quadro 2.1 mostram que para as mulheres (para o conjunto, para as jovens, as não brancas, as migrantes), os indicadores de vulnerabilidade no mercado de trabalho são quase sempre piores. No caso do desemprego, as taxas são continuamente mais elevadas para as mulheres jovens (cerca de 23% em 2002 e 2006) do que para os homens jovens (cerca de 14%); para as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos (cerca de 16%) do que para os homens (cerca de 3%) na mesma situação; para as mulheres brancas (cerca de 10%) do que para os homens brancos (cerca de 6%); para as mulheres não brancas (cerca de 13%) do que para os homens não brancos (cerca de 7%); para as mulheres migrantes (cerca de 15%) do que para os homens migrantes (cerca de 8%); para as mulheres com o primeiro grau completo (cerca de 10%) do que para os

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho, como o foco da análise são as diferenças de rendimentos existentes entre as diversas situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho – e não a evolução do poder de compra real –, o indicador de rendimento utilizado é o rendimento **nominal** médio de todos os trabalhos (em reais). Entretanto, deve-se lembrar que a inflação apontada pelo deflator para rendimentos da PNAD, entre 2002 e 2006, foi de 34,9%.

homens com o primeiro grau completo (cerca de 6%); para as mulheres com o segundo grau completo (cerca de 10%) em relação aos homens na mesma situação (cerca de 6%).

Com a redução da taxa de desemprego no país, observa-se que o desemprego reduziu-se praticamente para todos esses segmentos femininos considerados; a exceção é o segmento das mulheres jovens, para o qual o desemprego aumentou, reafirmando sua expressiva vulnerabilidade ao desemprego.

**QUADRO 2.1**  
**Indicadores de vulnerabilidade com sobreposições**  
**Brasil Total - 2002 e 2006**

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Total)	Taxa de Desemprego		Rendimento Nominal* Médio de Todos os Trabalhos (em reais)		Proporção de Assalariados sem carteira Assinada		Trabalhadores Autônomos	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Total	9,2	8,5	637	889	24,3	23,3	22,3	21,0
Total Homens	7,4	6,5	720	1.007	22,8	21,3	26,5	24,6
Total Mulheres	11,6	11,1	506	717	26,4	26,0	16,2	16,1
Homens Jovens	14,4	14,0	346	494	36,8	36,2	11,9	10,3
Mulheres Jovens	22,7	23,0	296	418	40,7	39,9	7,5	7,8
Total Idosos	2,6	2,2	653	959	14,2	12,9	42,3	39,8
Homens Idosos (60 anos ou mais)	2,9	2,5	734	1.107	14,8	12,8	49,5	46,6
Mulheres Idosas (60 anos ou mais)	2,0	1,7	421	599	13,2	13,2	28,8	28,0
Total de famílias com chefe sem cônjuge com filhos pequenos	4,2	3,7	751	1.036	20,4	19,6	26,8	24,2
Famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos	3,9	3,2	752	1.045	20,3	19,2	27,0	24,4
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	17,1	16,2	417	579	38,5	38,1	13,5	13,5
Total brancos	8,2	7,5	813	1.137	20,5	19,4	21,4	20,4
Homens Brancos	6,5	5,7	934	1.316	19,1	17,2	25,7	24,2
Mulheres Brancas	10,3	9,7	633	895	22,5	22,2	15,7	15,7
Total não brancos	10,2	9,5	421	617	28,7	27,4	23,3	21,6
Homens não brancos	8,2	7,2	472	690	26,9	25,3	27,5	25,1
Mulheres não brancas	13,1	12,7	335	502	31,4	30,5	16,8	16,6
Total Migrantes (até 4 anos)	12,0	10,7	689	1.014	32,1	29,0	20,4	19,3
Homens migrantes	8,6	7,5	781	1.153	29,3	25,7	23,3	21,4
Mulheres migrantes	17,3	15,3	514	773	36,9	34,2	15,3	16,0
Total com o primeiro grau completo	11,3	7,4	506	524	24,9	26,7	21,3	26,7
Homens com o primeiro grau completo	8,8	5,9	608	604	21,4	24,6	22,7	31,1
Mulheres com o primeiro grau completo	15,0	9,8	339	368	30,3	30,2	19,3	19,6
Total com o segundo grau completo	10,8	8,4	713	1.403	18,0	16,6	15,1	13,8
Homens com o segundo grau completo	8,0	6,1	902	1.732	15,6	13,9	16,8	15,2
Mulheres com o segundo grau completo	13,7	10,5	502	1.065	20,6	19,3	13,1	12,4

Fonte: IBGE. PNAD 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

Deve-se destacar que a redução do desemprego foi claramente mais expressiva para as mulheres com maior grau de instrução, em relação aos homens nessa condição. Mulheres jovens, chefes de famílias sem cônjuge com filhos pequenos, migrantes, não brancas e,

surpreendentemente, com o segundo grau completo, eram, pela ordem, os segmentos femininos mais vulneráveis ao desemprego no conjunto do país em 2006 (Quadro 2.1). Essa ordem mantém-se praticamente a mesma quando se considera apenas o meio urbano, mas quando o universo considerado é o meio rural observam-se alterações importantes: as mulheres jovens mantêm-se como o segmento feminino mais vulnerável ao desemprego no meio rural (12,4%, ou quatro vezes a média do desemprego no meio rural), mas o segundo lugar é ocupado pelas mulheres com o segundo grau completo (9,8%), superando o universo de famílias chefiadas por mulheres com filhos pequenos, mulheres migrantes e não brancas (Quadros 2.2. e 2.3).

**QUADRO 2.1A**  
**Indicadores de vulnerabilidade com sobreposições.**  
**Variação dos rendimentos**  
**Brasil Total - 2002 e 2006**

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Total)	Rendimento Nominal* Médio de Todos os Trabalhos (em reais)		
	2002	2006	Var. %
Total	637	889	39,5
Total Homens	720	1.007	45,0
Total Mulheres	506	717	33,1
Homens Jovens	346	494	23,2
Mulheres Jovens	296	418	19,1
Total Idosos	653	959	48,0
Homens Idosos (60 anos ou mais)	734	1.107	58,7
Mulheres Idosas (60 anos ou mais)	421	599	27,9
Total de famílias com chefe sem cônjuge com filhos pequenos	751	1.036	44,8
Famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos	752	1.045	46,0
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	417	579	25,5
Total brancos	813	1.137	51,0
Homens Brancos	934	1.316	59,9
Mulheres Brancas	633	895	41,2
Total não brancos	421	617	30,8
Homens não brancos	472	690	34,2
Mulheres não brancas	335	502	26,1
Total Migrantes (até 4 anos)	689	1.014	51,0
Homens migrantes	781	1.153	58,4
Mulheres migrantes	514	773	40,7
Total com o primeiro grau completo	506	524	2,9
Homens com o primeiro grau completo	608	604	(0,7)
Mulheres com o primeiro grau completo	339	368	4,7
Total com o segundo grau completo	713	1.403	50,8
Homens com o segundo grau completo	902	1.732	52,1
Mulheres com o segundo grau completo	502	1.065	47,1

Fonte: IBGE. PNAD 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

**QUADRO 2.2**  
**Indicadores de vulnerabilidade com sobreposições**  
**Brasil Urbano - 2002 e 2006**

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Urbano)	Taxa de Desemprego		Rendimento Nominal* Médio de Todos os Trabalhos (em reais)		Proporção de Assalariados sem carteira Assinada		Trabalhadores Autônomos	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Total	10,6	9,6	687	949	25,1	23,8	21,2	20,0
Total Homens	8,6	7,5	797	1.101	22,4	20,6	24,3	22,5
Total Mulheres	13,1	12,2	531	746	28,7	27,9	17,0	16,8
Homens Jovens	16,8	16,0	369	521	37,7	36,1	11,8	9,9
Mulheres Jovens	24,9	24,6	308	430	43,1	42,0	7,6	7,7
Total Idosos	3,7	3,0	771	1.097	17,0	15,5	40,8	39,4
Homens Idosos (60 anos ou mais)	4,0	3,3	906	1.335	16,1	14,2	43,9	42,7
Mulheres Idosas (60 anos ou mais)	3,0	2,4	459	625	18,8	17,7	35,0	33,7
Total de famílias com chefe sem cônjuge com filhos pequenos	4,6	4,2	835	1.139	18,9	18,1	23,2	21,0
Famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos	4,4	3,6	840	1.155	18,7	17,5	23,4	21,0
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	17,7	16,9	431	600	38,4	38,0	13,3	13,3
Total brancos	9,1	8,3	861	1.196	21,3	19,9	20,3	19,2
Homens Brancos	7,3	6,4	1.013	1.411	19,1	17,1	23,2	21,7
Mulheres Brancas	11,4	10,5	657	926	24,2	23,4	16,5	16,3
Total não brancos	12,3	11,0	460	664	29,9	28,3	22,5	20,9
Homens não brancos	10,1	8,6	529	762	26,5	24,5	25,7	23,4
Mulheres não brancas	15,4	14,2	356	526	35,0	33,5	17,7	17,4
Total Migrantes (até 4 anos)	13,2	11,5	738	1.079	32,7	29,3	19,5	18,4
Homens migrantes	9,6	8,2	859	1.252	28,9	25,1	21,8	19,8
Mulheres migrantes	18,5	16,2	530	801	38,8	35,7	15,7	16,2
Total com o primeiro grau completo	11,9	9,2	513	554	25,4	29,0	21,6	26,4
Homens o primeiro grau completo	9,1	7,5	617	654	21,6	24,7	22,4	29,2
Mulheres o primeiro grau completo	16,0	11,9	345	383	31,3	36,0	20,4	21,9
Total com o segundo grau completo	11,0	8,4	723	1.426	17,8	16,4	15,1	13,8
Homens com o segundo grau completo	8,1	6,3	913	1.760	15,6	13,7	16,6	15,0
Mulheres com o segundo grau completo	14,0	10,6	509	1.081	20,3	19,2	13,4	12,5

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

Para os segmentos vulneráveis no universo masculino, no conjunto do país, o desemprego afeta mais os jovens do que os idosos, os homens não brancos do que os brancos, mas não se diferencia muito para os que têm apenas o primeiro grau completo em relação àqueles que completaram o segundo grau. Quando se considera apenas o meio urbano, a situação altera-se essencialmente no que se refere ao grau de escolaridade: os homens com o

segundo grau completo têm taxa de desemprego pouco menor do que aqueles que somente completaram o primeiro grau. Já no meio rural, nota-se como aspecto diferente do conjunto do país e do meio urbano, o fato de que a taxa de desemprego é praticamente a mesma entre homens brancos e não brancos, e que os homens com o segundo grau completo apresentavam uma taxa de desemprego, em 2006, superior àqueles que somente completaram o primeiro grau.

**QUADRO 2.2A**  
**Indicadores de vulnerabilidade com sobreposições.**  
**Variação dos rendimentos**  
**Brasil Urbano - 2002 e 2006**

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Urbano)	Rendimento Nominal* Médio de Todos os Trabalhos (em reais)		
	2002	2006	Var. %
Total	687	949	38,0
Total Homens	797	1.101	44,1
Total Mulheres	531	746	31,3
Homens Jovens	369	521	22,2
Mulheres Jovens	308	430	17,7
Total Idosos	771	1.097	47,4
Homens Idosos (60 anos ou mais)	906	1.335	62,3
Mulheres Idosas (60 anos ou mais)	459	625	24,1
Total de famílias com chefe sem cônjuge com filhos pequenos	835	1.139	44,2
Famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos	840	1.155	45,9
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	431	600	24,6
Total brancos	861	1.196	48,7
Homens Brancos	1.013	1.411	57,9
Mulheres Brancas	657	926	39,1
Total não brancos	460	664	29,6
Homens não brancos	529	762	33,8
Mulheres não brancas	356	526	24,7
Total Migrantes (até 4 anos)	738	1.079	49,5
Homens migrantes	859	1.252	57,1
Mulheres migrantes	530	801	39,5
Total com o primeiro grau completo	513	554	6,0
Homens com o primeiro grau completo	617	654	5,4
Mulheres com o primeiro grau completo	345	383	5,6
Total com o segundo grau completo	723	1.426	102,3
Homens com o segundo grau completo	913	1.760	123,2
Mulheres com o segundo grau completo	509	1.081	83,2

Fonte: IBGE. PNAD 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

A consideração do rendimento médio do trabalho não somente mostra que o universo feminino apresenta menores rendimentos em todas as situações consideradas, tanto no meio urbano como no rural (Quadros 2.1 a 2.3), mas também que a evolução dos rendimentos foi sempre mais favorável para as pessoas do sexo masculino, entre 2002 e 2006, com exceção do conjunto das mulheres com o primeiro grau completo (Quadros 2.1a, 2.2a e 2.3a). Esse

comportamento foi semelhante no meio urbano, mas no meio rural a exceção foi a elevação dos rendimentos das mulheres idosas num ritmo maior do que o dos homens idosos. As mulheres com o primeiro grau completo, as jovens e as não brancas são as que demonstram os rendimentos mais reduzidos no conjunto do país e no meio urbano, entre os segmentos femininos vulneráveis. No meio rural, são as mulheres não brancas, seguidas das jovens e das idosas as que apontam, pela ordem, com os menores rendimentos médios nominais do trabalho.

**QUADRO 2.3**  
**Indicadores de vulnerabilidade com sobreposições**  
**Brasil Rural - 2002 e 2006**

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Rural)	Taxa de Desemprego		Rendimento Nominal* Médio de Todos os Trabalhos (em reais)		Proporção de Assalariados sem carteira Assinada		Trabalhadores Autônomos	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Total	2,5	3,0	297	459	20,8	20,9	26,6	25,8
Total Homens	2,0	1,9	324	495	24,1	24,1	35,4	34,1
Total Mulheres	3,3	4,7	210	350	15,4	15,8	12,2	12,4
Jovens (16 a 24)	5,6	7,3	201	311	31,6	33,3	10,7	10,6
Homens Jovens	4,1	4,5	214	328	33,3	36,2	12,4	11,6
Mulheres Jovens	8,4	12,4	167	264	28,1	27,3	7,2	8,5
Total Idosos	0,2	0,3	296	490	8,4	7,1	45,0	40,7
Homens Idosos (60 anos ou mais)	0,2	0,3	315	506	12,0	9,5	62,1	55,7
Mulheres Idosas (60 anos ou mais)	0,1	0,2	175	399	2,4	3,0	17,1	15,3
Total de famílias com chefe sem cônjuge com filhos pequenos	1,8	1,3	338	518	27,5	27,0	43,7	39,5
Famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos	1,7	1,2	337	518	27,5	27,0	43,8	39,8
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	8,2	9,2	197	284	39,4	38,9	16,6	15,3
Total brancos	2,5	2,8	397	613	16,3	16,4	27,5	27,6
Homens Brancos	2,1	1,8	435	671	18,9	17,9	38,4	38,2
Mulheres Brancas	3,1	4,1	275	458	12,3	14,3	10,6	11,9
Total não brancos	2,5	3,1	217	342	24,4	24,2	26,0	24,5
Homens não brancos	2,0	2,0	235	369	28,1	28,4	33,2	31,2
Mulheres não brancas	3,4	5,1	157	254	18,0	17,0	13,5	12,9
Total migrantes	4,3	4,6	284	470	28,3	27,1	25,9	25,2
Homens migrantes	3,5	3,4	289	497	30,9	29,3	31,2	30,4
Mulheres migrantes	6,3	7,2	263	375	21,6	22,4	12,2	13,9
Total com o primeiro grau completo	5,6	2,2	403	402	20,6	20,5	18,9	27,6
Homens com o primeiro grau completo	5,1	1,5	487	440	19,6	24,3	25,8	36,0
Mulheres com o primeiro grau completo	6,2	3,2	239	261	22,1	13,9	9,4	13,1
Total com o segundo grau completo	6,7	6,8	489	832	15,1	19,9	21,1	15,6
Homens com o segundo grau completo	4,8	3,5	627	1.024	16,4	18,5	22,6	21,8
Mulheres com o segundo grau completo	8,6	9,8	342	625	25,7	21,3	7,7	9,5

Fonte: IBGE. PNAD 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

No conjunto do país, entre os segmentos vulneráveis do sexo masculino, os jovens, os homens com o primeiro grau completo e os não brancos, pela ordem, são os que apresentam os menores rendimentos (Quadros 2.1 e 2.1a). No meio urbano, essa ordem se mantém, mas no meio rural são os homens jovens, seguidos pelos homens não brancos e pelos idosos os que exibem os piores rendimentos (Quadro 2.3a). Entre 2002 e 2006, destes três segmentos, os não brancos e os jovens expressaram os menores ritmos de elevação do rendimento nominal do trabalho; mas entre as pessoas com o primeiro grau completo ocorreu até mesmo uma redução do rendimento médio nominal do trabalho. No meio urbano, aqueles três segmentos expuseram crescimento no rendimento nominal do trabalho, mas para os homens com apenas o primeiro grau completo a elevação foi a menor (6%), seguida do aumento entre os jovens (22%) e entre os não brancos (34%). No meio rural, os homens com apenas o primeiro grau completo apresentaram redução no rendimento nominal do trabalho, enquanto que os jovens apontaram elevação de 38% (maior do que no meio urbano) e os não brancos de 45%, também maior do que no meio urbano (Quadro 2.3a).

Para o conjunto do país, quando se considera a incidência do assalariamento sem carteira de trabalho assinada como expressão da vulnerabilidade, entre as pessoas do sexo feminino, pela ordem, são as mulheres jovens, chefes de famílias sem cônjuge com filhos pequenos, mulheres migrantes e não brancas os segmentos que apresentam as piores situações no mundo do trabalho brasileiro (Quadro 2.1). No meio urbano, esta ordem não se alterou, entre 2002 e 2006, e as participações do trabalho sem carteira eram, em geral, relativamente maior no meio urbano do que no conjunto do país. No meio rural, são as chefes de famílias sem cônjuge com filhos pequenos as que exibem maior grau de vulnerabilidade em relação ao assalariamento sem carteira de trabalho assinada, seguidas pelas jovens, migrantes, mulheres com o segundo grau completo e mulheres não brancas. É interessante notar que o conjunto de mulheres com o primeiro grau completo expressa reduzido grau de vulnerabilidade em relação ao assalariamento sem carteira assinada no meio rural, ou seja, está em melhor situação até mesmo em relação àquelas com o segundo grau completo.

Em geral, o grau de assalariamento sem carteira desses segmentos do sexo feminino é menor no meio rural do que no meio urbano e do que no conjunto do país. Entretanto, é importante destacar que, para as mulheres, um maior grau de instrução (segundo grau completo) não reduz a sua vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira no meio rural, enquanto que para o conjunto das mulheres com o primeiro grau completo a vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira é comparativamente muito maior no meio urbano do que no

meio rural (Quadros 2.2 e 2.3). Isso parece apontar que um maior grau de instrução é essencial para reduzir a vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira de trabalho no meio urbano, mas não no meio rural.

**QUADRO 2.3A**  
Indicadores de vulnerabilidade com sobreposições.  
Variação dos rendimentos  
Brasil Rural - 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Rural)	Rendimento Nominal* Médio de Todos os Trabalhos (em reais)		
	2002	2006	Var. %
Total	297	459	54,4
Total Homens	324	495	57,5
Total Mulheres	210	350	47,1
Homens Jovens	214	328	38,3
Mulheres Jovens	167	264	32,7
Total Idosos	296	490	65,5
Homens Idosos (60 anos ou mais)	315	506	64,2
Mulheres Idosas (60 anos ou mais)	175	399	75,3
Total de famílias com chefe sem cônjuge com filhos pequenos	338	518	60,6
Famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos	337	518	60,9
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	197	284	29,1
Total brancos	397	613	72,7
Homens Brancos	435	671	79,5
Mulheres Brancas	275	458	61,5
Total não brancos	217	342	42,3
Homens não brancos	235	369	45,1
Mulheres não brancas	157	254	32,6
Total migrantes	284	470	62,4
Homens migrantes	289	497	70,2
Mulheres migrantes	263	375	37,7
Total com o primeiro grau completo	403	402	(0,2)
Homens com o primeiro grau completo	487	440	(15,9)
Mulheres com o primeiro grau completo	239	261	7,3
Total com o segundo grau completo	489	832	115,6
Homens com o segundo grau completo	627	1.024	133,6
Mulheres com o segundo grau completo	342	625	95,4

Fonte: IBGE. PNAD 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

Com a leve redução do assalariamento sem carteira no conjunto do país, todos os segmentos femininos vulneráveis no mundo do trabalho brasileiro também apresentaram leve redução do assalariamento sem carteira entre 2002 e 2006. A tendência foi a mesma no meio urbano, mas as mulheres com apenas o primeiro grau completo exibiram uma significativa elevação do grau de assalariamento sem carteira de trabalho assinada. No meio rural, onde o assalariamento sem carteira elevou-se levemente no conjunto das mulheres, além das mulheres com somente o primeiro grau completo – segmento que mostrou um aumento



também expressivo -, o assalariamento sem carteira também se elevou entre as mulheres idosas, brancas e migrantes.

No que se refere aos homens, observa-se que a vulnerabilidade expressa pelo assalariamento sem carteira de trabalho assinada, no conjunto do país, é maior para os jovens, seguidos pelos migrantes, não brancos e homens com apenas o primeiro grau completo. No meio urbano, a tendência também é a mesma, com exceção de que o conjunto de pessoas com o primeiro grau completo apresenta uma incidência de trabalho assalariado sem carteira levemente maior do que os homens não brancos. No meio rural, a vulnerabilidade masculina ao assalariamento sem carteira de trabalho assinada, pela ordem, é maior também para jovens, migrantes, não brancos, homens chefes de famílias sem cônjuges com filhos pequenos e pessoas com apenas o primeiro grau completo (Quadros 2.1 a 2.3). Entre 2002 e 2006, o assalariamento sem carteira reduziu-se entre as pessoas do sexo masculino no conjunto do país, como reflexo da queda ocorrida no meio urbano, pois no meio rural não houve alteração. Entre todos os segmentos vulneráveis do sexo masculino considerados, para o conjunto do país e para o meio urbano, somente não aconteceu queda do assalariamento sem carteira para o conjunto dos homens com o primeiro grau completo, que, ao contrário, foi aumentada entre 2002 e 2006 (Quadros 2.1, 2.2 e 2.3).

No conjunto dos homens do meio rural, a incidência do assalariamento sem carteira assinada não se alterou, entre 2002 e 2006. Entretanto, ao contrário do ocorrido no conjunto do país e no meio urbano, o aumento da vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira assinada no meio rural, entre 2002 e 2006, não se limitou ao segmento dos homens com o primeiro grau completo, mas também se elevou entre os homens jovens, entre as pessoas com o segundo grau completo do sexo masculino e, levemente, entre os homens não brancos (Quadro 2.3).

Entre os segmentos vulneráveis no mundo do trabalho, o trabalho autônomo está mais associado às pessoas idosas, estando relativamente presente de forma expressiva tanto nas pessoas idosas do sexo masculino (para quase metade dos homens idosos), como nas pessoas idosas do sexo feminino (28%), ou seja, observa-se que ele é mais freqüente entre os homens. Assim, entre as pessoas do sexo masculino, além dos idosos, o trabalho autônomo está principalmente mais evidente entre os homens com apenas o primeiro grau completo, entre as famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos, entre os homens não brancos (levemente superior aos homens brancos - Quadro 2.1). A vulnerabilidade no mundo

de trabalho a esse tipo de ocupação, marcada pela ausência de proteção trabalhista, social e previdenciária, por baixos e instáveis rendimentos, é relativamente menor entre os jovens e os migrantes, pois a participação do trabalho autônomo entre estes segmentos está abaixo da média.

No meio urbano, a vulnerabilidade ao trabalho autônomo também é maior, pela ordem, entre os idosos e os homens com apenas o primeiro grau completo; mas é maior entre os homens não brancos do que entre as famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos. Já no meio rural, depois dos homens idosos, são as famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos, homens com apenas o primeiro grau completo e não brancos, entre os segmentos vulneráveis, aqueles que apresentam as maiores incidências do trabalho autônomo. Em todos esses segmentos do sexo masculino citados, a vulnerabilidade ao trabalho autônomo é bem maior no meio rural do que no meio urbano.

A participação do trabalho autônomo no conjunto do país apresentou uma leve queda, entre 2002 e 2006. Com exceção dos homens com somente o primeiro grau completo (cuja participação do trabalho autônomo elevou-se expressivamente), em todos os demais segmentos vulneráveis do sexo masculino houve redução da participação do trabalho autônomo, sentida também no conjunto do meio urbano e no meio rural. Tanto neste último universo, onde é relativamente maior a presença do trabalho autônomo, como no meio urbano, quase todos os segmentos vulneráveis no mundo do trabalho do sexo masculino apresentaram redução da participação do trabalho autônomo; a exceção também se refere aos homens com apenas o primeiro grau completo, segmento no qual aumentou o trabalho autônomo (Quadro 2.3).

No conjunto do país, entre as mulheres, a presença do trabalho autônomo é bem menor do que entre os homens; entretanto, entre as mulheres idosas, a presença do trabalho autônomo é o dobro da observada no conjunto das mulheres e bem acima da participação total (entre homens e mulheres). No meio urbano, além das mulheres idosas, a participação do trabalho autônomo também é maior (do que em relação à média do conjunto do país) para as mulheres com apenas o primeiro grau completo. Ao contrário, no meio rural, a presença do trabalho autônomo entre as mulheres idosas é bem reduzida. Mas tanto entre as idosas, como entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, a presença do trabalho autônomo é bem maior do que a média observada no conjunto das mulheres no meio rural (Quadros 2.1, 2.2 e 2.3).

A análise das diferenças de vulnerabilidade em relação ao desemprego, em função da consideração de algumas características no interior dos universos feminino e masculino, já aponta a importância da diferenciação do meio urbano e rural na construção dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho, assim como reforça a relevância da já destacada necessidade de realizar sobreposições de situações de vulnerabilidade para melhor compreender a relação entre os segmentos e suas desvantagens em termos de aproveitar as oportunidades de trabalho.

### **3. A OPERACIONALIZAÇÃO DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO COM OS DADOS DA PNAD: MAIOR GRAU DE SOBREPOSIÇÕES E COMPARAÇÕES ESTADUAIS.**

O Quadro 3.1 reúne os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho - expressa pela taxa de desemprego -, para o total de jovens, homens e mulheres, brancos e não brancos, com baixo grau de instrução e segundo grau completo e também por famílias chefiadas por mulheres (brancas e não brancas), sem cônjuge, por grau de instrução, em dois estados da federação e para o conjunto do país, para os anos de 2002 e 2006<sup>2</sup>.

No que se refere ao desemprego, os dados mostram que a vulnerabilidade ao desemprego é maior para os jovens não brancos do que para os jovens brancos. Essa conclusão vale tanto para o conjunto do país, como para as duas unidades da federação consideradas. Entretanto, no Estado de São Paulo, as desvantagens dos jovens não brancos apresentava-se de forma mais acentuada em relação aos jovens brancos do que no Estado da Bahia, em 2002; mas essa diferença foi muito reduzida até 2006, quando os jovens não brancos da Bahia passaram a exibir desvantagens em relação aos jovens brancos, num grau mais próximo ao verificado no Estado de São Paulo<sup>3</sup>. Considerando que, em 2002, o

---

<sup>2</sup> Em relação aos quadros apresentados no relatório anterior (Produto), com a proposta de indicadores que seriam operacionalizados no presente trabalho, alguns indicadores com sobreposições não foram considerados. Isso decorreu da tentativa de reduzir o número de variáveis e também de evitar que um maior número de indicadores não apresentasse um grau adequado de significância estatística, principalmente para o caso do Estado da Bahia, onde o número de famílias entrevistadas é ainda menor. Esse foi o caso dos seguintes indicadores: i) idosos homens brancos com segundo grau completo ou mais; idosos homens não brancos com segundo grau completo ou mais; idosas mulheres não brancas com o segundo grau completo ou mais; idosas mulheres brancas com segundo grau completo ou mais.

<sup>3</sup> No Estado de São Paulo, a taxa de desemprego entre os jovens não brancos era, em 2002, 37,8% maior do que a dos jovens brancos; no Estado da Bahia essa diferença, no mesmo ano, era de 17,2%. Em 2006, essa diferença caiu para cerca de 30% no Estado de São Paulo e elevou-se para 26,4% no Estado da Bahia. Nesse período, a taxa de desemprego reduziu-se mais em São Paulo (13%) do que na Bahia (6,1%) e do que no conjunto do país (6,6%).

desemprego era bem maior para os jovens (brancos, e, principalmente, para os não brancos) do Estado de São Paulo e que a redução da taxa de desemprego, até o ano de 2006, também foi muito maior, parece muito provável que a maior redução do desemprego foi um fator relevante para a diminuição da diferença entre o grau de vulnerabilidade dos jovens não brancos nessas duas unidades da federação. No Estado de São Paulo, a vulnerabilidade ao desemprego reduziu-se mais entre os não brancos (redução de 12,5% da taxa de desemprego) do que entre os brancos (redução de 7,1% da taxa de desemprego), entre 2002 e 2006. Isso pode estar apontando para o fato de que o ritmo de redução do desemprego (mais acentuado), ou um elevado ritmo de crescimento econômico e de geração de emprego, pode afetar relativamente, de forma mais intensa, alguns segmentos mais vulneráveis ao desemprego, ou seja, aqueles que justamente são mais afetados quando as taxas de desemprego são crescentes e/ou encontram-se em patamares mais elevados. No Estado da Bahia, onde as taxas de desemprego entre os jovens eram, em 2002, menores do que no conjunto do país e do que no Estado de São Paulo, e que ainda apresentou um ritmo menor de redução do desemprego, ocorreu uma redução da vulnerabilidade ao desemprego entre os jovens brancos<sup>4</sup> (a taxa de desemprego reduziu-se 5,7%), e um aumento entre os jovens não brancos<sup>5</sup> (a taxa de desemprego cresceu 1,6%).

Entre o conjunto dos jovens, as mulheres apresentam situações de vulnerabilidade ainda mais elevadas do que as dos homens jovens. Em 2002, no conjunto do país, as jovens brancas do sexo feminino expressavam uma taxa de desemprego cerca de 18% menor do que as mulheres jovens não brancas, ou seja, uma vulnerabilidade ao desemprego significativamente menor. No entanto, no Estado de São Paulo, esta proporção era de 35,4% e no Estado da Bahia de apenas 5%.

---

4 Entre os jovens brancos, a vulnerabilidade ao desemprego é menor tanto para aqueles com pelo menos o segundo grau completo como para aqueles com baixo grau de instrução (até primeiro grau completo), o que indica que os jovens brancos com o segundo grau incompleto apresentam taxas mais elevadas de desemprego. No Estado de São Paulo, a vulnerabilidade ao desemprego é significativamente menor para os jovens brancos com pelo menos o segundo grau completo, se comparados aos jovens com baixo grau de instrução; diferença que foi ampliada entre 2002 e 2006. Neste último ano, a vulnerabilidade ao desemprego para os jovens brancos baianos era praticamente a mesma para aqueles com baixo grau de instrução, se comparados aos que apresentavam pelo menos o segundo grau completo.

5 No Estado de São Paulo, para os jovens não brancos, a vulnerabilidade ao desemprego não era tão diferente entre aqueles com reduzido grau de instrução (até o primeiro grau completo) e aqueles com pelo menos o segundo grau completo, tanto em 2002 como em 2006; além disso, a vulnerabilidade ao desemprego foi reduzida para os dois segmentos no mesmo período. Já no Estado da Bahia, claramente a vulnerabilidade era significativamente maior para os jovens não brancos com pelo menos o segundo grau completo, tanto em 2002 como em 2006. E, nesse período, a vulnerabilidade ao desemprego foi reduzida para os jovens não brancos com reduzido grau de instrução e elevada para aqueles com pelo menos o segundo grau completo.

A redução das taxas de desemprego no período 2002-2006 alterou a vulnerabilidade das jovens mulheres brancas em relação às jovens não brancas. A diferença a favor das jovens brancas caiu para uma taxa de desemprego 15,2% menor no conjunto do país, 21% menor no Estado de São Paulo. Entretanto, na Bahia, a diferença de vulnerabilidade ao desemprego das jovens mulheres brancas em relação às jovens mulheres não brancas foi ampliada; a taxa de desemprego daquele primeiro segmento passou a ser 20% menor que este último. Pode-se dizer, portanto, que com o maior ritmo de redução do desemprego no Estado de São Paulo, entre 2002 e 2006, a maior vulnerabilidade ao desemprego das mulheres jovens não brancas em relação às mulheres jovens brancas que era observada neste Estado, em relação à Bahia, praticamente desapareceu. As taxas de desemprego entre as mulheres jovens não brancas continuaram, em 2006, em patamares mais elevados no Estado de São Paulo do que na Bahia, mas a maior vulnerabilidade ao desemprego em relação ao segmento de mulheres jovens brancas passou a ser praticamente a mesma nas duas unidades da federação (cerca de 20% de taxa de desemprego maior para as mulheres jovens não brancas).

Por outro lado, deve-se ressaltar que, para o conjunto do país, a vulnerabilidade ao desemprego aumenta menos quando é considerada, para os jovens, a diferença de cor da pele (2 pontos percentuais de desemprego menor para os brancos, em relação aos não brancos), do que quando são consideradas as diferenças de sexo (3,7 pontos percentuais de desemprego menor para as jovens mulheres brancas em relação aos jovens brancos; e desemprego de 6,2 pontos percentuais maior para as jovens mulheres não brancas em relação aos jovens não brancos).

Nesse sentido, deve-se destacar que o universo das jovens mulheres não brancas, no conjunto do país, apresenta a maior taxa de desemprego (25%) entre os segmentos considerados, patamar que não se alterou entre 2002 e 2006. Um grau de instrução mais elevado (segundo grau completo ou mais), entre as jovens mulheres não brancas, não altera significativamente a vulnerabilidade ao desemprego, sendo que neste segmento feminino as mulheres com até o primeiro grau completo apresentam menor vulnerabilidade ao desemprego, se comparadas às que exibem pelo menos o segundo grau completo e ao conjunto de mulheres jovens não brancas. Entretanto, é interessante notar que entre as mulheres jovens brancas, aquelas que possuem pelo menos o segundo grau completo mostram menor vulnerabilidade ao desemprego do que aquelas que possuem no máximo o primeiro grau completo. Assim, não é surpreendente que as mulheres jovens não brancas com pelo

menos o segundo grau completo apresentem maior vulnerabilidade ao desemprego do que as mulheres jovens brancas com no máximo o primeiro grau completo. Isso mostra que, entre as mulheres jovens, a vulnerabilidade ao desemprego aumenta mais quando as mulheres não são brancas do que quando elas têm baixo grau de instrução<sup>6</sup>.

No Estado de São Paulo, tanto para as jovens mulheres brancas como não brancas, aquelas com menor grau de instrução mostram um grau de vulnerabilidade ao desemprego sensivelmente maior do que aquelas que exibem pelo menos o segundo grau completo. Não é surpreendente, portanto, que o segmento das jovens mulheres não brancas e com reduzido grau de instrução, em São Paulo, apresentem a maior taxa de desemprego (43,1% em 2002 e 33,4% em 2006) entre todos os universos considerados. Na comparação entre as duas unidades da federação, observa-se que para o segmento das mulheres jovens (tanto brancas como não brancas), a vulnerabilidade ao desemprego é sempre bem maior, em São Paulo do que na Bahia, para aquelas com baixo grau de instrução. Para as jovens mulheres com pelo menos o segundo grau completo, a vulnerabilidade ao desemprego era maior, tanto em 2002 como em 2006, para as brancas na Bahia do que em São Paulo; para as não brancas com o segundo grau completo as situações de vulnerabilidade passaram a ser muito semelhantes no Estado de São Paulo do que na Bahia em 2006.

Por outro lado, é importante destacar que para as mulheres jovens (brancas e não brancas) com o segundo grau completo, a vulnerabilidade ao desemprego reduziu-se entre 2002 e 2006, tanto no conjunto do país, como nos estados da Bahia e, principalmente, de São Paulo. Já para as mulheres jovens com baixo grau de instrução (até o primeiro grau completo), a vulnerabilidade ao desemprego somente foi reduzida para as não brancas no Estado de São Paulo, entre 2002 e 2006; nos demais casos a vulnerabilidade ao desemprego aumentou entre as mulheres jovens com baixo grau de instrução.

---

<sup>6</sup> Para qualquer situação comparável entre os jovens - brancos e não brancos, com até o primeiro ou pelo menos o segundo grau completo – a vulnerabilidade ao desemprego é sempre maior para as jovens do sexo feminino.

**QUADRO 3.1**  
**Indicador de vulnerabilidade com sobreposições expressa pela taxa de desemprego**  
**Brasil - Estados de São Paulo e Bahia - 2002 e 2006**

<i>Indicadores</i>	<i>2002</i>			<i>2006</i>		
	<i>S.Paulo</i>	<i>Bahia</i>	<i>Brasil</i>	<i>S.Paulo</i>	<i>Bahia</i>	<i>Brasil</i>
Total	11,5	9,8	9,1	10,0	9,2	8,5
Total de jovens brancos	19,8	15,7	16,9	18,4	14,8	16,7
Total de jovens não brancos	27,3	18,4	18,9	23,9	18,7	19,1
Jovens mulheres brancas	22,4	22,8	20,6	22,9	19,6	21,2
Jovens mulheres não brancas	34,7	24,0	25,1	29,0	24,5	25,0
Jovens homens brancos com baixo grau de instrução	18,4	7,3	12,1	19,2	10,4	13,4
Jovens homens brancos com segundo grau completo ou mais	13,6	19,2	13,7	10,5	10,5	11,4
Jovens homens não brancos com baixo grau de instrução	20,9	13,2	12,8	17,6	12,6	12,8
Jovens homens não brancos com segundo grau completo ou mais	20,0	17,5	17,0	17,0	20,6	15,9
Jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução	30,3	16,7	22,0	30,8	17,3	23,1
Jovens mulheres brancas com segundo grau completo ou mais	17,7	27,0	18,0	17,1	19,7	17,9
Jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução	43,1	20,2	23,8	33,4	21,0	24,1
Jovens mulheres não brancas com segundo grau completo ou mais	28,6	26,9	24,3	23,6	23,9	22,4
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos	17,4	12,6	14,8	16,9	12,3	14,7
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos	24,7	19,4	19,1	18,1	19,4	17,4
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	20,5	<b>N.D.(I)</b>	16,5	15,8	<b>N.D.(I)</b>	16,0
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	13,6	<b>N.D. (I)</b>	11,4	15,9	<b>N.D. (I)</b>	12,1
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	25,0	20,2	20,0	19,6	19,5	16,9
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	21,0	14,2	15,1	14,4	14,9	15,2
Idosos brancos	4,1	1,3	2,5	3,2	0,9	1,9
Idosos não brancos	8,4	2,3	2,7	6,2	2,2	2,5
Idosas mulheres brancas	3,4	<b>N.D.(1)</b>	2,0	1,8	<b>N.D.(1)</b>	1,3
Idosas mulheres não brancas	10,5	1,0	2,1	4,2	2,7	2,1
Idosos homens brancos com baixo grau de instrução	5,2	0,4	2,8	3,9	1,2	1,9
Idosos homens não brancos com baixo grau de instrução	7,2	2,9	2,8	8,1	1,4	2,6
Idosas mulheres brancas com baixo grau de instrução	2,8	<b>N.D.(1)</b>	1,7	2,6	<b>N.D.(1)</b>	1,2
Idosas mulheres não brancas com baixo grau de instrução	8,6	1,1	1,9	5,0	2,1	2,2
Migrantes com baixo grau de instrução	16,5	9,5	11,7	14,2	7,0	10,5
Migrantes com segundo grau completo ou mais	13,6	15,8	11,5	9,8	11,1	9,8
Migrantes jovens	22,2	17,8	17,9	20,3	18,0	17,9
Migrantes homens jovens	19,0	14,1	14,4	16,2	14,1	14,0
Migrantes mulheres jovens	26,1	23,7	22,7	25,0	23,5	23,0
Migrantes homens jovens brancos	17,5	10,9	13,9	14,4	10,7	12,9
Migrantes homens jovens não brancos	21,8	14,9	14,9	19,6	14,7	14,9
Migrantes mulheres jovens brancas	22,4	22,8	20,6	22,9	19,6	21,2
Migrantes mulheres jovens não brancas	34,7	24,0	25,1	29,0	24,5	25,0

Fonte: IBGE. PNAD 2002 e 2006

Nota: 1) Os dados não estão disponíveis porque o intervalo de confiança está abaixo de 80% e a margem de erro acima de 5%, o que significa que não apresentam grau confiável de significância estatística

Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, a vulnerabilidade ao desemprego também é elevada, principalmente para as mulheres não brancas e para aquelas com baixo grau de instrução. No conjunto do país, a vulnerabilidade deste segmento ao desemprego somente não se reduziu para as mulheres sem cônjuge com pelo menos o segundo grau completo, entre 2002 e 2006. Nos demais casos, onde ocorreram reduções na vulnerabilidade ao desemprego, em geral a queda foi mais acentuada para as mulheres sem cônjuge não brancas. Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge brancas, a vulnerabilidade ao desemprego era maior no Estado de São Paulo do que no Brasil, tanto em 2002 como em 2006<sup>7</sup>. Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge não brancas, a vulnerabilidade ao desemprego, em 2002, também era bem mais elevada no Estado de São Paulo do que na Bahia, entretanto, até 2006 ocorreu uma sensível redução da vulnerabilidade ao desemprego das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge não brancas no Estado de São Paulo, de forma que naquele último ano o grau de vulnerabilidade deste segmento de mulheres sem cônjuge passou a ser muito semelhante nas duas unidades da federação. E nesse sentido, cabe ressaltar que no Estado da Bahia a vulnerabilidade ao desemprego das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, brancas e não brancas, praticamente não se alterou entre 2002 e 2006.

O maior ritmo de redução das taxas de desemprego no Estado de São Paulo – onde o desemprego era também mais elevado – deve ter contribuído de forma importante para que a vulnerabilidade ao desemprego entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos – brancas e, principalmente, não brancas – fosse sensivelmente reduzida, entre 2002 e 2006, para este segmento de mulheres paulistas (Quadro 3.1)

Entre os idosos, a vulnerabilidade ao desemprego é bem menor do que a dos jovens, das mulheres, da população não branca e das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos. Em praticamente todos os segmentos de idosos, as taxas de desemprego são menores do que para os respectivos universos: conjunto do país, estados de São Paulo e da Bahia<sup>8</sup>. Algumas exceções estão associadas ao fato de que a vulnerabilidade ao desemprego dos idosos aumenta expressivamente para os não brancos e do sexo feminino. As taxas de desemprego para determinados segmentos, no Estado de São Paulo, chegam até

---

<sup>7</sup> Os dados referentes à situação de vulnerabilidade ao desemprego das famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge e com filhos pequenos, segundo o grau de instrução, não apresentaram um grau confiável de significância estatística para o caso da Bahia e, por isso, não foi considerada a análise segundo o grau de instrução.

<sup>8</sup> Note que os dados, para o caso da Bahia, das mulheres idosas brancas não apresentam grau confiável de significância estatística.



mesmo a ser mais elevadas do que as observadas na média do país. De qualquer forma, o segmento dos idosos não apresenta uma elevada vulnerabilidade ao desemprego (Quadro 3.1).

Já no caso dos migrantes, estes registram uma taxa de desemprego bastante significativa, o que reflete grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo àqueles enquadrados em situações onde a vulnerabilidade se mostrou com maior força (migrante, mulher, jovem, não branca). É interessante notar que, entre os migrantes, a vulnerabilidade ao desemprego não foi reduzida, entre 2002 e 2006, nos segmentos em que ela é mais elevada (migrantes jovens, migrantes mulheres jovens, migrantes mulheres jovens não brancas).

O Quadro 3.2 reúne os indicadores de vulnerabilidade expressos pelos rendimentos auferidos pelo total de jovens, homens e mulheres, brancos e não brancos, com baixo grau de instrução (até o primeiro grau completo) e segundo grau completo, e também por famílias chefiadas por mulheres (brancas e não brancas) sem cônjuge - por grau de instrução -, nas duas unidades da federação e para o conjunto do país, para 2002 e 2006. Este quadro nos permite verificar a enorme desigualdade de rendimentos no país, tanto ligada a questões regionais, quanto a atributos pessoais. Como já era esperado, os menores rendimentos são verificados na Bahia e em grupos formados por mulheres não brancas, com filhos e baixo grau de instrução. Ao analisar o período de 2002 a 2006, percebe-se um sensível aumento nos rendimentos, tanto em São Paulo como na Bahia e também para o conjunto do país. No entanto, aumentos mais significativos foram verificados na Bahia, comparativamente aos registrados em São Paulo.

Tanto no conjunto do país como no Estado de São Paulo, nenhum segmento entre os jovens apresentava rendimento nominal médio acima da média. Entre eles, tanto em 2002 como em 2006, os maiores rendimentos foram observados para os jovens homens brancos com o segundo grau completo e os menores, para as jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução. Entretanto, no Estado da Bahia, alguns segmentos da população mostraram rendimento nominal médio acima da média do Estado, em 2002: jovens homens brancos com pelo menos o segundo grau completo – o maior rendimento entre o segmento de jovens; jovens homens não brancos com pelo menos o segundo grau completo; jovens mulheres brancas com pelo menos o segundo grau completo. Por outro lado, em 2006, a exemplo do notado no conjunto do país e no Estado de São Paulo, todos os segmentos de jovens no Estado da Bahia exibiam rendimentos abaixo da média.

De qualquer forma, os dados mostram que, entre os jovens, aqueles mais vulneráveis aos baixos rendimentos são, pela ordem, as pessoas com baixo grau de instrução, do sexo feminino e não brancas. Claramente, a sobreposição dessas características tem forte impacto em termos de elevação da vulnerabilidade relacionada aos reduzidos rendimentos do trabalho.

Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos, a maior vulnerabilidade aos baixos rendimentos está associada ao baixo grau de instrução e às pessoas não brancas. Para as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge brancas e com pelo menos o segundo grau completo, o rendimento nominal médio era maior do que a média do rendimento observada no Estado de São Paulo (em 2002) e da média do país - tanto em 2002 e 2006 (Quadro 3.2).

É importante destacar que entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, no conjunto do país, os maiores incrementos de rendimentos, entre 2002 e 2006, ocorreram para aquelas famílias chefiadas por mulheres não brancas e com baixo grau de instrução, segmento que apresentou também elevação dos rendimentos num ritmo mais elevado do que a inflação considerada pelo INPC/PNAD, de 34,9% no período, ou seja, mostrou uma elevação real dos rendimentos. Outro fato essencial é que, em geral, os rendimentos das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge não brancas aumentaram mais na Bahia do que no Estado de São Paulo, entre 2002 e 2006 (Quadro 3.2a).

**QUADRO 3.2**  
**Indicador de Vulnerabilidade com sobreposições expressa pelo rendimento nominal**  
**médio de todos trabalhos**  
**Brasil - Estados de São Paulo e Bahia, 2002 e 2006**

<i>Indicadores</i>	2002			2006		
	S.Paulo	Bahia	Brasil	S.Paulo	Bahia	Brasil
Total	875	376	636	1.139	572	889
Total de jovens brancos	484	259	387	625	346	542
Total de jovens não brancos	379	188	260	506	287	384
Jovens mulheres brancas	441	249	348	559	318	492
Jovens mulheres não brancas	347	157	229	427	266	335
Jovens homens brancos com baixo grau de instrução	384	182	304	529	263	421
Jovens homens brancos com segundo grau completo ou mais	653	492	579	793	541	735
Jovens homens não brancos com baixo grau de instrução	339	170	229	471	247	330
Jovens homens não brancos com segundo grau completo ou mais	516	380	437	676	479	589
Jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução	277	109	219	384	160	312
Jovens mulheres brancas com segundo grau completo ou mais	538	N.D. (1)	440	627	N.D. (1)	579
Jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução	251	113	160	319	172	231
Jovens mulheres não brancas com segundo grau completo ou mais	447	244	333	492	381	430
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos	648	463	557	809	571	740
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos	368	205	285	613	368	444
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	348	N.D. (1)	263	437	N.D. (1)	363
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	971	N.D. (1)	898	1.050	N.D. (1)	1.026
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução.	293	129	198	518	232	320
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	525	382	494	728	600	644
Idosos brancos	1.140	607	877	1.446	1.201	1.303
Idosos não brancos	586	286	358	757	495	538
Idosas mulheres brancas	718	494	550	767	975	772
Idosas mulheres não brancas	356	215	225	444	420	390
Idosos homens brancos com baixo grau de instrução	692	416	569	1.078	510	878
Idosos homens não brancos com baixo grau de instrução	441	269	315	667	438	452
Idosas mulheres brancas com baixo grau de instrução	337	N.D. (1)	296	479	N.D. (1)	409
Idosas mulheres não brancas com baixo grau de instrução	251	150	181	331	217	281
Migrantes com baixo grau de instrução	401	288	355	577	356	492
Migrantes com segundo grau completo ou mais	1.336	1.167	1.326	1.916	1.601	1.706
Migrantes jovens	453	203	326	585	298	463
Migrantes homens jovens	481	217	346	640	311	494
Migrantes mulheres jovens	416	176	296	516	277	418
Migrantes homens jovens brancos	519	265	416	677	366	581
Migrantes homens jovens não brancos	399	206	277	566	299	415
Migrantes mulheres jovens brancas	441	249	348	559	318	492
Migrantes mulheres jovens não brancas	347	157	229	427	266	335

Fonte: IBGE. PNAD, 2002 e 2006

Nota: 1) Os dados não estão disponíveis porque o intervalo de confiança está abaixo de 80% e a margem de erro acima de 5%, o que significa que não apresentam um grau confiável de significância estatística

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

Entre os idosos, a vulnerabilidade em relação aos rendimentos é muito influenciada pelo baixo grau de instrução; os segmentos de idosos com pelo menos o segundo grau completo, tanto para não brancos como para mulheres, apresentam rendimento médio nominal acima da média, tanto em 2002 como em 2006, quando o universo considerado é o conjunto do país. Entretanto, deve-se destacar que entre os idosos com o segundo grau completo são as mulheres (principalmente as não brancas) e os homens não brancos os que exibem os menores rendimentos. Entre os idosos, os dados parecem indicar que as situações de maior vulnerabilidade aos baixos rendimentos, após o grau de instrução, estão mais associadas ao sexo feminino e às pessoas não brancas (Quadro 3.2).

Entre todos os segmentos de idosos, são as mulheres não brancas com baixo grau de instrução as que mostram as piores situações em termos de vulnerabilidade aos baixos rendimentos, tanto no conjunto do país, como nos Estados de São Paulo e da Bahia (Quadro 3.2).

Entre 2002 e 2006, no conjunto do país, os segmentos de idosos que apresentaram maiores elevações dos rendimentos foram os não brancos (principalmente mulheres) e as pessoas com baixo grau de instrução (notadamente mulheres não brancas). Em São Paulo, a elevação dos rendimentos dos idosos ocorreu num ritmo menor do que no Estado da Bahia e do que no conjunto do país, entretanto, as maiores elevações de rendimentos também ocorreram para os segmentos mais vulneráveis – a exemplo do que aconteceu para o conjunto do país (Quadro 3.2a).

Entre os migrantes, são os segmentos de mulheres não brancas e jovens os que demonstram maior vulnerabilidade aos baixos rendimentos. O rendimento médio auferido por migrantes mulheres jovens não brancas no país chega, em 2006, a 68% do rendimento médio verificado pelas migrantes mulheres jovens brancas; rendimento este que já representava 84% do rendimento colhido pelos migrantes homens jovens brancos e pouco mais de 50% do rendimento médio total dos ocupados no Brasil.

**QUADRO 3.2A****Indicador de vulnerabilidade com sobreposições expressa pelo rendimento nominal médio de todos os trabalhos. Variação do rendimento 2006/2002 (em %) Brasil - Estados de São Paulo e Bahia - 2002 e 2006**

<i>Indicadores</i>	<i>Variação (%)</i>		
	<b>S.Paulo</b>	<b>Bahia</b>	<b>Brasil</b>
Total	30,1	52,4	39,6
Total de jovens brancos	29,0	33,4	40,2
Total de jovens não brancos	33,4	52,4	47,8
Jovens mulheres brancas	26,8	27,9	41,2
Jovens mulheres não brancas	23,1	69,8	46,3
Jovens homens brancos com baixo grau de instrução	37,9	44,4	38,4
Jovens homens brancos com segundo grau completo ou mais	21,5	9,9	26,9
Jovens homens não brancos com baixo grau de instrução	39,0	45,2	44,0
Jovens homens não brancos com segundo grau completo ou mais	30,9	26,1	34,7
Jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução	38,6	47,1	42,4
Jovens mulheres brancas com segundo grau completo ou mais	16,7	<b>N.D. (1)</b>	31,3
Jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução	27,3	52,9	44,3
Jovens mulheres não brancas com segundo grau completo ou mais	10,2	56,0	29,0
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos	24,8	23,4	33,0
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos	66,7	78,9	55,9
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	25,5	<b>N.D. (1)</b>	38,0
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	8,1	<b>N.D. (1)</b>	14,3
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	77,0	79,4	61,9
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	38,5	57,3	30,4
Idosos brancos	26,8	97,8	48,6
Idosos não brancos	29,2	73,0	50,2
Idosas mulheres brancas	6,8	97,2	40,4
Idosas mulheres não brancas	24,8	95,9	73,2
Idosos homens brancos com baixo grau de instrução	55,7	22,6	54,2
Idosos homens não brancos com baixo grau de instrução	51,3	63,1	43,7
Idosas mulheres brancas com baixo grau de instrução	42,3	<b>N.D. (1)</b>	38,2
Idosas mulheres não brancas com baixo grau de instrução	32,0	44,8	55,5
Migrantes com baixo grau de instrução	43,8	23,7	38,8
Migrantes com segundo grau completo ou mais	43,3	37,2	28,6
Migrantes jovens	29,2	47,0	41,9
Migrantes homens jovens	33,0	43,0	42,8
Migrantes mulheres jovens	24,1	57,1	40,9
Migrantes homens jovens brancos	30,3	38,1	39,6
Migrantes homens jovens não brancos	41,6	45,6	49,5
Migrantes mulheres jovens brancas	26,8	27,9	41,2
Migrantes mulheres jovens não brancas	23,1	69,8	46,3

Fonte: IBGE. PNAD, 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

No caso dos migrantes também se observa que o grau de instrução é um fator importante, pois apenas os migrantes com pelo menos o segundo grau completo apresentam rendimentos mais elevados do que a média, tanto em 2002 e 2006, para o conjunto do país e para os Estados de São Paulo e da Bahia. No conjunto do país, as maiores elevações de rendimentos foram observadas para os migrantes jovens (homens e mulheres) e pessoas não brancas, entre 2002 e 2006.

O Quadro 3.3 reúne os indicadores de vulnerabilidade expressa pela proporção de trabalhadores sem carteira em dois estados da federação (São Paulo e Bahia) e para o conjunto do país, considerando as seguintes dimensões: faixa etária (jovens e idosos); sexo, cor da pele ou raça (brancos e não brancos); a posição na família (chefes de famílias sem cônjuge) por faixa etária dos filhos (filhos pequenos); migrantes, segundo o grau de instrução (até o primeiro grau completo e segundo grau completo ou mais), além de sobreposições dessas diversas características.

Em relação ao total de trabalhadores sem carteira, o Estado de São Paulo apresenta uma proporção (22%) menor do que a verificada para o Estado da Bahia (28,5%) e o Brasil (24,3%), indicando uma situação de menor vulnerabilidade; que se mantém para a maioria dos grupos jovens e de mulheres chefes de família. No caso da Bahia, a proporção de trabalhadores sem carteira é maior em relação à média nacional e na maioria dos grupos jovens e de mulheres chefes de família, indicando maior grau de vulnerabilidade dos baianos ao assalariamento sem carteira assinada.

A redução da proporção de trabalhadores sem carteira em relação ao total de trabalhadores, em São Paulo e no Brasil, foi muito pequena no período 2002-2006, de 0,8% e 1,0%, respectivamente; enquanto na Bahia ocorreu uma pequena elevação da proporção de assalariados sem carteira em relação ao total, de 0,4%. Estes dados indicam que, apesar do crescimento do emprego formal, a proporção de trabalhadores sem carteira continua elevada e praticamente inalterada no período 2002-2006.

Considerando a proporção de trabalhadores sem carteira, em relação aos grupos jovens, destaca-se o fato de que a proporção de assalariados sem carteira, entre os jovens brancos, é bem maior do que a verificada na média das duas unidades da federação e no conjunto do país. E entre os jovens não brancos a vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira era ainda maior nas duas unidades da federação e no conjunto do Brasil.

Enquanto a proporção de jovens brancos sem carteira assinada, no Estado de São Paulo e no conjunto do país, mostrou uma pequena redução (0,6% e 1,2% respectivamente), na Bahia houve um aumento significativo da proporção de assalariados sem carteira entre os jovens brancos, de aproximadamente oito pontos percentuais (de 37,7% em 2002 para 45,6% em 2006), aproximando-se da proporção de assalariados sem carteira entre os jovens não brancos em 2006 neste estado (47,1%).

Entre as mulheres jovens (brancas e não brancas) havia uma proporção de trabalhadoras sem carteira mais elevada do que entre os homens jovens; e neste caso, novamente a Bahia apresentava a maior proporção, tanto para mulheres jovens brancas (47,8%) quanto para as mulheres jovens não brancas (48%).

A escolaridade, como já verificado nos quadros anteriores, é um importante atributo para a definição do grau de vulnerabilidade dos grupos. Assim, a proporção de trabalhadores sem carteira assinada, entre os jovens com baixo grau de instrução (brancos e não brancos, homens e mulheres) é de aproximadamente 100% maior do que a verificada entre os jovens com segundo grau completo ou mais no Estado de São Paulo e no Brasil. As famílias chefiadas por mulheres não brancas com baixo grau de instrução exibem alto grau de vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira assinada.

Em comparação com o total dos trabalhadores assalariados, a maioria dos grupos dos idosos demonstra uma proporção de trabalhadores sem carteira menor do que a média verificada no conjunto do país e nos estados de São Paulo e da Bahia; uma relação inversa à verificada para os grupos de jovens. A exceção está entre as mulheres idosas não brancas e as mulheres idosas não brancas com baixo grau de instrução, para as quais os atributos cor ou raça e escolaridade apresentam-se como importantes diferenciais na definição da proporção de idosos vulneráveis ao assalariamento sem carteira assinada nestes dois grupos, no Estado de São Paulo.

Entre 2002 e 2006, houve uma redução da vulnerabilidade (da proporção de trabalhadores sem carteira) na maioria dos grupos de idosos, sendo uma das exceções importantes o grupo dos idosos homens não brancos com baixo grau de instrução (aumento de 16,3% para 20,8 na proporção de sem carteira) e idosas mulheres não brancas com baixo grau de instrução (aumento de 34,3 para 39% na proporção de sem carteira no Estado de São Paulo).

**QUADRO 3.3**  
**Indicador de Vulnerabilidade com sobreposições expressa pela proporção de**  
**trabalhadores sem carteira de trabalho assinada**  
**Brasil - Estados de São Paulo e Bahia, 2002 e 2006**

<i>Indicadores</i>	2002			2006		
	S.Paulo	Bahia	Brasil	S.Paulo	Bahia	Brasil
Total	22,0	28,5	24,3	21,2	28,9	23,3
Total de jovens brancos	32,1	37,7	33,7	30,5	45,6	32,5
Total de jovens não brancos	38,6	46,1	43,2	39,5	47,1	42,6
Jovens mulheres brancas	32,5	40,1	34,8	32,0	47,8	34,7
Jovens mulheres não brancas	42,6	50,7	48,0	43,7	48,0	45,5
Jovens homens brancos com baixo grau de instrução	42,2	38,5	38,9	37,9	48,7	38,5
Jovens homens brancos com segundo grau completo ou mais	21,7	<b>N.D. (1)</b>	24,1	23,3	<b>N.D. (1)</b>	23,2
Jovens homens não brancos com baixo grau de instrução	42,4	45,5	44,2	48,1	50,0	47,3
Jovens homens não brancos com segundo grau completo ou mais	22,7	30,4	26,5	23,4	33,0	26,0
Jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução	46,3	<b>N.D.(1)</b>	42,3	45,8	<b>N.D.(1)</b>	42,4
Jovens mulheres brancas com segundo grau completo ou mais	24,1	<b>N.D.(1)</b>	27,6	24,7	<b>N.D.(1)</b>	28,1
Jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução	60,9	51,1	52,8	53,1	47,5	50,9
Jovens mulheres não brancas com segundo grau completo ou mais	28,8	46,0	37,6	34,0	43,6	36,1
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos	32,5	<b>N.D. (1)</b>	31,8	29,9	<b>N.D.(1)</b>	29,8
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos	35,4	49,0	44,7	39,4	48,7	45,1
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	44,2	<b>N.D. (1)</b>	43,7	44,2	<b>N.D.(1)</b>	44,3
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	20,5	<b>N.D. (1)</b>	19,1	22,7	<b>N.D.(1)</b>	19,2
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	45,6	57,9	52,8	48,6	55,8	54,1
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	18,3	<b>N.D. (1)</b>	26,0	22,8	<b>N.D. (1)</b>	28,8
Idosos brancos	21,3	9,5	13,3	19,0	9,8	12,4
Idosos não brancos	21,6	12,6	15,3	25,0	9,6	13,6
Idosas mulheres brancas	27,2	9,9	12,6	21,2	9,4	13,2
Idosas mulheres não brancas	32,3	6,2	13,8	35,4	7,4	13,2
Idosos homens brancos com baixo grau de instrução	17,6	9,4	13,1	17,9	9,8	11,5
Idosos homens não brancos com baixo grau de instrução	16,3	16,0	16,3	20,8	10,6	14,0
Idosas mulheres brancas com baixo grau de instrução	30,8	7,5	12,8	23,0	8,6	12,9
Idosas mulheres não brancas com baixo grau de instrução	34,3	4,8	13,6	39,0	7,2	13,4
Migrantes com baixo grau de instrução	38,1	31,2	35,9	32,0	39,8	34,7
Migrantes com segundo grau completo ou mais	22,6	30,4	23,5	21,7	26,0	20,9
Migrantes jovens	34,0	44,3	38,4	33,5	46,8	37,7
Migrantes homens jovens	33,1	42,0	36,8	31,7	46,1	36,2
Migrantes mulheres jovens	35,2	48,3	40,7	35,8	47,9	39,9
Migrantes homens jovens brancos	31,7	36,2	32,9	29,4	43,9	30,9
Migrantes homens jovens não brancos	36,1	43,6	40,4	36,3	46,5	40,8
Migrantes mulheres jovens brancas	32,5	40,1	34,8	32,0	47,8	34,7
Migrantes mulheres jovens não brancas	42,6	50,7	48,0	43,7	48,0	45,5

Fonte: IBGE.PNAD 2002 e 2006

Nota: 1) Os dados não estão disponíveis porque o intervalo de confiança está abaixo de 80% e a margem de erro acima de 5%, o que significa que não apresentam um grau confiável de significância estatística



Entre os migrantes, a vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira é maior que a média nacional, o que ocorre para praticamente todos os segmentos de migrantes, seja para o conjunto do país ou para os estados de São Paulo e da Bahia - com exceção dos migrantes com segundo grau completo ou mais. Neste último Estado, a proporção de migrantes sem carteira (nos vários segmentos de migrantes) é muito mais elevada do que a verificada em São Paulo e no Brasil. Também no conjunto dos migrantes, o grau de instrução, a raça ou a cor, incide nas diferentes proporções de trabalhadores sem carteira entre os vários grupos migrantes considerados (Quadro 3.3).

O Quadro 3.4 reúne os indicadores de vulnerabilidade expressa pela proporção de trabalhadores autônomos com renda de até um salário mínimo, para o conjunto do país e para os Estados de São Paulo e Bahia, considerando as dimensões de faixa etária (jovens e idosos); sexo, cor ou raça (brancos e não brancos); a posição na família (mulheres chefes de família sem cônjuge) por faixa etária dos filhos (filhos pequenos) e migrantes, segundo grau de instrução (até o primeiro grau completo e segundo grau completo ou mais).

Em geral, os jovens apresentam baixa participação no grupo de trabalhadores autônomos e também no de trabalhadores autônomos com renda até um salário mínimo, sendo importante destacar as diferentes proporções existentes entre os jovens, segundo o grau de instrução, sexo, cor ou raça. Entre os jovens homens e jovens mulheres (2006), os que apresentam maior vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda são os não brancos com baixo grau de instrução.

Na comparação entre os grupos de jovens, por unidades da federação, e em relação à média nacional, no estado da Bahia verifica-se a maior vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda, com destaque para os jovens homens não brancos com baixo grau de instrução, segmento que exhibe uma vulnerabilidade (13,5% em 2002 e 10,5% em 2006) bem maior que a de São Paulo (3,8% em 2002, e 2,5% e 2006), e também maior do que o conjunto do país (9,7% em 2002, e 7,5% em 2006).

**QUADRO 3.4**  
**Indicador de Vulnerabilidade com sobreposições expressa pela proporção de**  
**trabalhadores autônomos com renda de até um salário mínimo. Jovens e Famílias**  
**chefiadas por mulheres sem cônjuge**  
**Brasil - Estados de São Paulo e Bahia, 2002 e 2006**

<i>Indicadores</i>	2002			2006		
	S.Paulo	Bahia	Brasil	S.Paulo	Bahia	Brasil
Total	3,7	17,0	9,1	2,8	12,3	6,9
Total de jovens brancos	1,9	6,9	3,9	1,1	7,9	2,9
Total de jovens não brancos	2,6	10,9	7,5	2,4	9,1	5,9
Jovens mulheres brancas	2,3	4,7	4,0	1,4	8,2	3,2
Jovens mulheres não brancas	2,5	9,1	6,9	3,7	8,9	6,7
Jovens homens brancos com baixo grau de instrução	2,6	9,6	6,0	2,6	8,5	5,4
Jovens homens brancos com segundo grau completo ou mais	1,0	1,9	1,4	0,4	6,4	1,0
Jovens homens não brancos com baixo grau de instrução	3,8	13,5	9,7	2,5	10,5	7,5
Jovens homens não brancos com segundo grau completo ou mais	0,8	5,7	3,0	0,3	3,5	1,4
Jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução	6,7	6,3	7,3	4,5	14,7	5,8
Jovens mulheres brancas com segundo grau completo ou mais	0,7	3,0	2,0	0,8	5,7	1,9
Jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução	3,7	8,6	8,3	7,4	9,5	8,5
Jovens mulheres não brancas com segundo grau completo ou mais	1,8	7,2	4,3	2,8	6,8	5,0
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos	2,6	<b>N.D.(I)</b>	5,7	1,5	<b>N.D.(I)</b>	4,5
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos	6,8	15,6	10,4	5,0	11,0	8,0
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	4,8	<b>N.D.(I)</b>	8,7	3,9	<b>N.D.(I)</b>	8,7
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	0,6	<b>N.D.(I)</b>	2,7	0,5	<b>N.D.(I)</b>	1,9
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	9,6	19,1	13,4	7,2	13,9	10,1
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com segundo grau completo ou mais	1,7	7,5	4,0	4,0	6,9	5,0
Idosos brancos	11,9	35,5	18,3	10,6	22,3	13,3
Idosos não brancos	14,2	38,8	28,2	13,2	30,7	22,2
Idosas mulheres brancas	19,3	<b>N.D.(I)</b>	18,6	18,6	<b>N.D.(I)</b>	15,2
Idosas mulheres não brancas	25,0	27,8	22,6	21,6	22,6	19,9
Idosos homens brancos com baixo grau de instrução	10,5	50,5	21,6	9,2	28,2	15,3
Idosos homens não brancos com baixo grau de instrução	10,8	45,5	32,7	9,4	36,1	25,5
Idosas mulheres brancas com baixo grau de instrução	22,9	<b>N.D.(I)</b>	20,4	25,1	<b>N.D.(I)</b>	17,8
Idosas mulheres não brancas com baixo grau de instrução	26,6	29,1	22,9	22,1	24,1	20,7
Migrantes com baixo grau de instrução	3,2	19,7	11,0	2,7	14,4	8,6
Migrantes com segundo grau completo ou mais	1,4	3,8	2,8	0,9	4,3	1,9
Migrantes jovens	2,1	10,1	5,7	1,5	8,8	4,4
Migrantes homens jovens	2,0	11,1	5,9	1,1	8,9	4,1
Migrantes mulheres jovens	2,3	8,1	5,3	2,2	8,8	4,9
Migrantes homens jovens brancos	1,7	8,1	3,8	0,9	7,6	2,6
Migrantes homens jovens não brancos	2,7	12,0	7,8	1,4	9,2	5,3
Migrantes mulheres jovens brancas	2,3	4,7	4,0	1,4	8,2	3,2
Migrantes mulheres jovens não brancas	2,5	9,1	6,9	3,7	8,9	6,7

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006. \*Valor do salário mínimo de 2002, corrigido pelo INPC-PNAD (34,9%) até 2006

Nota: 1) Os dados não estão disponíveis porque o intervalo de confiança está abaixo de 80% e a margem de erro acima de 5%, o que significa que não apresentam um grau confiável de significância estatística

Entre 2002 e 2006, houve uma redução na vulnerabilidade ao trabalho de baixa renda na maioria dos segmentos, tanto em São Paulo como no conjunto do país. Na Bahia, a redução foi menos generalizada e determinados segmentos apresentaram, inclusive, aumento da vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda, como foi o caso dos jovens brancos, das jovens mulheres brancas, dos jovens homens brancos com segundo grau completo ou mais, das jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução, das jovens mulheres brancas com segundo grau completo ou mais, e das jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução. Isso indica que o crescimento da vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda atingiu grupos de jovens de diferentes graus de instrução, sexo e cor ou raça.

Em relação a mulheres chefes de família sem cônjuge com filhos pequenos, os dados para o conjunto do país e para o Estado de São Paulo apontam que a vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda é maior para as mulheres não brancas e com baixo grau de instrução.

A análise do indicador de vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda para os idosos e migrantes, no conjunto do país e nos Estados de São Paulo e da Bahia, revela que os grupos de idosas, principalmente as mulheres não brancas com baixo grau de instrução, são mais vulneráveis. No caso brasileiro, chama a atenção também o significativo percentual de idosos homens não brancos com baixo grau de instrução que se enquadram neste perfil de vulneráveis. Na Bahia, cabe destacar que 50,5% dos idosos homens brancos com baixo grau de instrução encontravam-se, em 2002, nesta situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho; percentual que se reduziu para 28,2% em 2006.

#### **4. A VULNERABILIDADE À DEMISSÃO NO SETOR FORMAL**

O risco à demissão também é um indicador da situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho. Esse indicador foi elaborado com os dados da RAIS/MTE, para os anos de 2002 e 2005. No Quadro 4.1 é apresentado um conjunto de informações que buscam expressar a situação de vulnerabilidade à demissão de diversos segmentos da população ocupada no setor formal para o conjunto do país em 2002. No Quadro 4.2 são exibidas as mesmas informações, mas para o ano de 2005. Os quadros 4.3 e 4.4 mostram, respectivamente, as mesmas informações para o Estado de São Paulo para os anos de 2002 e 2005. Da mesma forma, os dados dos quadros seguintes são para o Estado da Bahia, para os anos de 2002 (Quadro 4.5) e 2005 (Quadro 4.6).

Na primeira coluna de cada quadro, expressa-se o estoque de ocupados do setor formal no final de cada ano; na segunda coluna o número absoluto de demitidos sem justa causa (Indicador 1). Como o número absoluto de demitidos não oferece um dado comparativo em relação à participação de cada segmento populacional no conjunto dos ocupados da RAIS, foi necessário também construir indicadores que levassem em conta a participação de cada segmento tanto no universo de demitidos quanto dos ocupados. Na coluna 3, apresenta-se a participação dos demitidos de cada segmento como proporção do estoque de ocupados de cada segmento no final de cada ano (Indicador 2). Esse indicador, no entanto, não capta a participação relativa de cada segmento no total dos demitidos, aspecto fundamental para avaliar as posições relativas entre os diversos segmentos, no que se refere à probabilidade de ser demitido, isto é, ao grau de vulnerabilidade à demissão. Por isso, nas colunas 4, 5 e 6 foram utilizados dados para levar em conta a participação de cada segmento no total dos ocupados (coluna 4) e a participação de cada segmento no total de demitidos (coluna 5). A divisão dos dados da coluna 5 pelos dados da coluna 4 nos oferece um indicador (Indicador 3) da diferença da participação de cada segmento no total dos demitidos em relação à respectiva participação no total dos ocupados (coluna 6).

**QUADRO 4.1**

Indicadores de Vulnerabilidade no Setor Formal. Demitidos sem justa causa motivada pelo empregador  
Brasil - 2002

<i>BR</i>	<i>Estoque em 31/12/2002</i>	<i>Indicador 1</i>	<i>Indicador 2</i>	<i>Indicador 3</i>		
				<i>Perfil dos Demitidos</i>	<i>Números absolutos</i>	<i>Números absolutos de demitidos sem justa causa</i>
Total	28.683.913	6.687.095	23,3	100,0	100,0	1,0
Total de Homens	17.265.351	4.630.139	26,8	60,2	69,2	1,2
Total de Mulheres	11.418.562	2.056.956	18,0	39,8	30,8	0,8
Total de Jovens (16 a 24 anos)	5.715.721	1.911.545	33,4	19,9	28,6	1,4
Total de Adultos (de 25 a 59 anos)	22.322.208	4.689.854	21,0	77,8	70,1	0,9
Total de Idosos (60 ou mais)	616.587	83.230	13,5	2,1	1,2	0,6
Total de pessoas com até o primeiro grau completo	13.183.244	3.934.626	29,8	46,0	58,8	1,3
Total de pessoas com segundo grau completo	12.996.417	2.048.538	15,8	45,3	30,6	0,7
Jovens sexo masculino	3.553.310	1.251.221	35,2	12,4	18,7	1,5
Jovens sexo feminino	2.162.411	660.324	30,5	7,5	9,9	1,3
Jovens sexo masculino com até o primeiro grau completo	1.674.098	733.216	43,8	5,8	11,0	1,9
Jovens do sexo masculino com segundo grau completo	1.269.167	313.312	24,7	4,4	4,7	1,1
Jovens do sexo feminino com até o primeiro grau completo	532.086	198.622	37,3	1,9	3,0	1,6
Jovens do sexo feminino com segundo grau completo	1.288.555	342.674	26,6	4,5	5,1	1,1
Idosos do sexo masculino	424.679	68.839	16,2	1,5	1,0	0,7
Idosas do sexo feminino	191.908	14.391	7,5	0,7	0,2	0,3
Idosos do sexo masculino com até o primeiro grau completo	302.997	55.762	18,4	1,1	0,8	0,8
Idosos do sexo masculino com segundo grau completo	108.295	10.458	9,7	0,4	0,2	0,4
Idosos do sexo feminino com até o primeiro grau completo	101.415	10.037	9,9	0,4	0,2	0,4
Idosos do sexo feminino com segundo grau completo	84.409	3.699	4,4	0,3	0,1	0,2

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS, 2002

Assim, os dados do Indicador 3 são mais adequados para avaliar os diferentes graus de vulnerabilidade à demissão entre os diferentes segmentos. Quando o indicador é maior do que 1, indica o quanto a participação dos demitidos é maior do que a respectiva participação de cada segmento no total de ocupados. Neste caso, observa-se, por exemplo, que os homens apresentam um indicador de 1,2, que significa uma proporção de demissão de 20% acima de sua respectiva participação no total dos ocupados da RAIS. Quando o indicador é menor do que 1, ele está indicando quanto a participação dos demitidos de cada segmento é menor do que sua respectiva participação no total de ocupados da RAIS. Neste caso, por exemplo, as mulheres apresentam um indicador de 0,8, o que mostra que a participação nos demitidos é 20% menor do que a respectiva participação no total dos ocupados. Por isso, este será o indicador utilizado para avaliar a situação de vulnerabilidade à demissão dos diversos segmentos populacionais ocupados no setor formal.

**QUADRO 4.2**  
**Indicadores de Vulnerabilidade no Setor Formal. Demitidos sem justa causa motivada pelo empregador**  
**Brasil - 2005**

<i>BR</i>	<i>Estoque em 31/12/2005</i>	<i>Indicador 1</i>	<i>Indicador 2</i>	<i>Indicador 3</i>		
	<i>Números absolutos</i>	<i>Números absolutos de demitidos sem justa causa</i>	<i>% em relação ao estoque de 31 de dezembro</i>	<i>Participação Relativa no estoque (%) (1)</i>	<i>Participação Relativa nos demitidos em justa causa (%) (2)</i>	<i>Razão entre (2) e (1)</i>
Total	33.238.617	7.582.434	22,8	100,0	100,0	1,0
Total de Homens	19.832.111	5.142.211	25,9	59,7	67,8	1,1
Total de Mulheres	13.406.506	2.440.223	18,2	40,3	32,2	0,8
Total de Jovens (16 a 24 anos)	6.393.025	2.110.937	33,0	19,2	27,8	1,4
Total de Adultos (de 25 a 59 anos)	26.088.414	5.377.346	20,6	78,5	70,9	0,9
Total de Idosos (60 ou mais)	736.956	92.883	12,6	2,2	1,2	0,6
Total de pessoas com até o primeiro grau completo	12.865.660	3.806.874	29,6	38,7	50,2	1,3
Total de pessoas com segundo grau completo	17.495.318	2.947.025	16,8	52,6	38,9	0,7
Jovens sexo masculino	3.910.980	1.365.550	34,9	11,8	18,0	1,5
Jovens sexo feminino	2.482.045	745.387	30,0	7,5	9,8	1,3
Jovens sexo masculino com até o primeiro grau completo	1.439.684	652.492	45,3	4,3	8,6	2,0
Jovens do sexo masculino com segundo grau completo	1.790.292	474.326	26,5	5,4	6,3	1,2
Jovens do sexo feminino com até o primeiro grau completo	431.164	164.806	38,2	1,3	2,2	1,7
Jovens do sexo feminino com o segundo grau completo	1.696.138	460.594	27,2	5,1	6,1	1,2
Idosos do sexo masculino	489.253	75.206	15,4	1,5	1,0	0,7
Idosas do sexo feminino	247.703	17.677	7,1	0,7	0,2	0,3
Idosos do sexo masculino com até o primeiro grau completo	313.896	55.886	17,8	0,9	0,7	0,8
Idosos do sexo masculino com segundo grau completo	156.526	15.819	10,1	0,5	0,2	0,4
Idosos do sexo feminino com até o primeiro grau completo	109.914	11.001	10,0	0,3	0,1	0,4
Idosas do sexo feminino com segundo grau completo	129.050	5.807	4,5	0,4	0,1	0,2

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS, 2002

Os dados do Quadro 4.1 nos oferecem um indicativo da situação de vulnerabilidade de vários segmentos da população do conjunto do país, em relação à possibilidade de perder o emprego. De certa forma, eles estão expressando a rotatividade no emprego formalizado, o que nos permite analisar os segmentos que estão mais submetidos aos riscos da demissão sem justa causa. O primeiro aspecto que chama a atenção é que, em 2002, as mulheres apresentavam, relativamente aos homens, uma probabilidade maior de se manter no emprego: a participação no total dos demitidos representava 80% do total da participação no total dos ocupados, enquanto que a dos homens era de 120% (dados do Indicador 3, do Quadro 4.1). Em 2005, o grau de vulnerabilidade das mulheres se manteve e o dos homens mostrou uma redução (Quadro 4.2). No Estado de São Paulo, o grau de vulnerabilidade à demissão, das mulheres em relação aos homens, era praticamente o mesmo do verificado no conjunto do

país, principalmente em 2005, quando se reduziu a vulnerabilidade à demissão dos homens. No Estado da Bahia, a vulnerabilidade das mulheres à demissão era menos da metade da verificada entre os homens em 2002; mesmo com uma leve redução da vulnerabilidade à demissão entre os homens em 2005, e com uma leve elevação no caso das mulheres, as diferenças se mantiveram ainda elevadas e bem maior do que as observadas no conjunto do país e no Estado de São Paulo (quadros 4.1 a 4.6).

**QUADRO 4.3**  
**Indicadores de Vulnerabilidade no Setor Formal. Demitidos sem justa causa motivada pelo empregador**  
**Estado de São Paulo - 2002**

SP	Estoque em 31/12/2002	Indicador 1	Indicador 2	Indicador 3		
				Perfil dos Demitidos	Números absolutos	Números absolutos de demitidos sem justa causa
Total	8.608.048	2.028.644	23,6	100,0	100,0	1,0
Total de Homens	5.257.303	1.378.369	26,2	61,1	67,9	1,1
Total de Mulheres	3.350.745	650.275	19,4	38,9	32,1	0,8
Total de Jovens (16 a 24 anos)	1.854.915	590.075	31,8	21,5	29,1	1,3
Total de Adultos (de 25 a 59 anos)	6.575.674	1.410.979	21,5	76,4	69,6	0,9
Total de Idosos (60 ou mais)	171.719	26.947	15,7	2,0	1,3	0,7
Total de pessoas com até o primeiro grau completo	3.791.262	1.158.467	30,6	44,0	57,1	1,3
Total de pessoas com segundo grau completo	4.054.412	659.185	16,3	47,1	32,5	0,7
Jovens sexo masculino	1.120.164	373.536	33,3	13,0	18,4	1,4
Jovens sexo feminino	734.751	216.539	29,5	8,5	10,7	1,3
Jovens sexo masculino com até o primeiro grau completo	472.286	204.126	43,2	5,5	10,1	1,8
Jovens do sexo masculino com segundo grau completo	446.381	106.558	23,9	5,2	5,3	1,0
Jovens do sexo feminino com até o primeiro grau completo	170.822	65.461	38,3	2,0	3,2	1,6
Jovens do sexo feminino com segundo grau completo	447.230	112.010	25,0	5,2	5,5	1,1
Idosos do sexo masculino	123.200	22.091	17,9	1,4	1,1	0,8
Idosas do sexo feminino	48.519	4.856	10,0	0,6	0,2	0,4
Idosos do sexo masculino com até o primeiro grau completo	87.729	17.736	20,2	1,0	0,9	0,9
Idosos do sexo masculino com segundo grau completo	31.825	3.564	11,2	0,4	0,2	0,5
Idosos do sexo feminino com até o primeiro grau completo	22.614	3.532	15,6	0,3	0,2	0,7
Idosos do sexo feminino com segundo grau completo	24.609	1.120	4,6	0,3	0,1	0,2

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS, 2002

No conjunto do país, a vulnerabilidade atinge relativamente muito mais o conjunto dos jovens, que representavam 19,9% do total dos ocupados em 2002, e 28,6% dos demitidos, ou seja, a participação no total de demitidos era 40% maior do que no total dos ocupados, tanto em 2002 como em 2005. Portanto, a vulnerabilidade à demissão no setor formal apresentava-se de forma mais intensa para os jovens, do que para os adultos e idosos (sejam eles do sexo masculino ou feminino), tanto para o conjunto do país como para as duas unidades da federação consideradas, em 2002 e 2005.

No Estado da Bahia, a vulnerabilidade entre os jovens era levemente superior a dos jovens do Estado de São Paulo e do conjunto do país, tanto em 2002 como em 2005. No caso dos jovens do sexo masculino, na Bahia o grau de vulnerabilidade era ainda maior, se comparada à situação no Estado de São Paulo (em 2002 e 2005) e ao conjunto do país (apenas em 2005). Entre as mulheres jovens, a vulnerabilidade era menor na Bahia do que no Estado de São Paulo (em 2002) e no conjunto do país (em 2002 e 2005). Neste último ano, com a leve redução da vulnerabilidade das jovens mulheres à demissão no Estado de São Paulo, as jovens paulistas passaram a exibir a mesma vulnerabilidade à demissão das jovens baianas (quadros 4.1 a 4.6).

**QUADRO 4.4.**  
**Indicadores de Vulnerabilidade no Setor Formal. Demitidos sem justa causa motivada pelo empregador**  
**Estados de São Paulo - 2005**

SP	Estoque em 31/12/2005	Indicador 1	Indicador 2	Indicador 3		
				Perfil dos Demitidos	Números absolutos	Números absolutos de demitidos sem justa causa
Total	9.760.764	2.191.842	22,5	100,0	100,0	1,0
Total de Homens	5.904.095	1.460.158	24,7	60,5	66,6	1,1
Total de Mulheres	3.856.669	731.684	19,0	39,5	33,4	0,8
Total de Jovens (16 a 24 anos)	2.031.548	620.741	30,6	20,8	28,3	1,4
Total de Adultos (de 25 a 59 anos)	7.527.070	1.541.540	20,5	77,1	70,3	0,9
Total de Idosos (60 ou mais)	195.437	29.197	14,9	2,0	1,3	0,7
Total de pessoas com até o primeiro grau completo	3.577.823	807.384	22,6	36,7	36,8	1,0
Total de pessoas com segundo grau completo	5.344.322	499.477	9,3	54,8	22,8	0,4
Jovens sexo masculino	1.205.515	389.497	32,3	12,4	17,8	1,4
Jovens sexo feminino	826.033	231.244	28,0	8,5	10,6	1,2
Jovens sexo masculino com até o primeiro grau completo	364.414	169.173	46,4	3,7	7,7	2,1
Jovens do sexo masculino com segundo grau completo	634.598	154.477	24,3	6,5	7,0	1,1
Jovens do sexo feminino com até o primeiro grau completo	130.303	49.791	38,2	1,3	2,3	1,7
Jovens do sexo feminino com segundo grau completo	582.195	145.784	25,0	6,0	6,7	1,1
Idosos do sexo masculino	135.267	23.383	17,3	1,4	1,1	0,8
Idosas do sexo feminino	60.170	5.814	9,7	0,6	0,3	0,4
Idosos do sexo masculino com até o primeiro grau completo	88.501	17.373	19,6	0,9	0,8	0,9
Idosos do sexo masculino com segundo grau completo	41.667	5.002	12,0	0,4	0,2	0,5
Idosos do sexo feminino com até o primeiro grau completo	29.694	3.818	12,9	0,3	0,2	0,6
Idosos do sexo feminino com segundo grau completo	28.367	1.744	6,1	0,3	0,1	0,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS, 2002

Entre os jovens, os dados da RAIS, tanto para 2002 como para 2005, para o conjunto do país, para os estados de São Paulo e da Bahia, mostram que são os jovens do sexo masculino que apresentam os mais elevados riscos de demissão. No conjunto dos jovens do sexo masculino, a vulnerabilidade à demissão não foi reduzida, entre 2002 e 2005, em nenhum dos universos considerados, e nos dois anos se manteve mais elevada na Bahia. A



vulnerabilidade é ainda mais acentuada para os jovens do sexo masculino com menor grau de instrução, no conjunto do país e nas duas unidades da federação contempladas, com uma incidência levemente maior na Bahia. Entre 2002 e 2005, a vulnerabilidade à demissão dos jovens com baixo grau de instrução elevou-se no conjunto do país e nos estados de São Paulo e da Bahia.

**QUADRO 4.5**  
**Indicadores de Vulnerabilidade no Setor Formal. Demitidos sem justa causa motivada pelo empregador**  
**Estado da Bahia - 2002**

BA	<i>Estoque em 31/12/2002</i>	<i>Indicador 1</i>	<i>Indicador 2</i>	<i>Indicador 3</i>			
<i>Perfil dos Demitidos</i>	<i>Números absolutos</i>	<i>Números absolutos de demitidos sem justa causa</i>	<i>% em relação ao estoque de 31 de dezembro</i>	<i>Participação Relativa no estoque (%) (1)</i>	<i>Participação Relativa nos demitidos sem justa causa (%) (2)</i>	<i>Razão entre (2) e (1)</i>	
Total	1.309.717	293.326	22,4	100,0	100,0	1,0	
Total de Homens	751.222	212.989	28,4	57,4	72,6	1,3	
Total de Mulheres	558.495	80.337	14,4	42,6	27,4	0,6	
Total de Jovens (16 a 24 anos)	217.029	72.618	33,5	16,6	24,8	1,5	
Total de Adultos (de 25 a 59 anos)	1.063.523	217.637	20,5	81,2	74,2	0,9	
Total de Idosos (60 ou mais)	28.140	2.972	10,6	2,1	1,0	0,5	
Total de pessoas com até o primeiro grau completo	537.712	164.925	30,7	41,1	56,2	1,4	
Total de pessoas com segundo grau completo	673.599	102.339	15,2	51,4	34,9	0,7	
Jovens sexo masculino	135.913	51.156	37,6	10,4	17,4	1,7	
Jovens sexo feminino	81.116	21.462	26,5	6,2	7,3	1,2	
Jovens sexo masculino com até o primeiro grau completo	66.854	31.035	46,4	5,1	10,6	2,1	
Jovens do sexo masculino com segundo grau completo	49.508	13.600	27,5	3,8	4,6	1,2	
Jovens do sexo feminino com até o primeiro grau completo	15.029	4.561	30,3	1,1	1,6	1,4	
Jovens do sexo feminino com segundo grau completo	57.149	13.935	24,4	4,4	4,8	1,1	
Idosos do sexo masculino	17.635	2.507	14,2	1,3	0,9	0,6	
Idosas do sexo feminino	10.505	465	4,4	0,8	0,2	0,2	
Idosos do sexo masculino com até o primeiro grau completo	11.600	1.956	16,9	0,9	0,7	0,8	
Idosos do sexo masculino com segundo grau completo	5.394	455	8,4	0,4	0,2	0,4	
Idosos do sexo feminino com até o primeiro grau completo	5.042	279	5,5	0,4	0,1	0,2	
Idosos do sexo feminino com segundo grau completo	5.127	156	3,0	0,4	0,1	0,1	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS, 2002

Embora as jovens do sexo feminino apresentem menor risco de demissão relativamente aos jovens do sexo masculino, no conjunto do país e nas duas unidades da federação consideradas, em 2002 e 2005, as diferenças a favor das jovens na Bahia são muito mais pronunciadas, porque os jovens baianos do sexo masculino expõem as mais elevadas vulnerabilidades à demissão, relativamente a São Paulo e ao conjunto do país.

Mesmo apresentando menor vulnerabilidade ao desemprego do que os jovens do sexo masculino, é importante destacar que a vulnerabilidade à demissão entre as mulheres jovens, no conjunto do país, era muito mais elevada do que a verificada no conjunto dos ocupados do

setor formal, dos homens, do conjunto das mulheres, dos idosos, tanto em 2002 como em 2005. No Estado de São Paulo, além desses segmentos, as jovens do sexo feminino também exibiam maior vulnerabilidade à demissão, em 2005, do que as pessoas com até o primeiro grau completo. Já na Bahia, em 2002, as mulheres jovens mostravam menor vulnerabilidade ao desemprego do que o conjunto dos homens e das pessoas com baixo grau de instrução, mas também maior do que o conjunto do setor formal, das mulheres (mais do que o dobro) e dos idosos (quadros 4.1 a 4.6). Em 2005, apesar de apresentar o mesmo grau de vulnerabilidade à demissão exibido pelo conjunto dos homens, as jovens baianas continuaram expressando menor vulnerabilidade à demissão do que o conjunto de pessoas com baixo grau de instrução e também um grau de vulnerabilidade bem maior do que a do conjunto das mulheres e dos idosos baianos (Quadro 4.6).

No conjunto do país e nas duas unidades da federação consideradas, tanto em 2002 como em 2005, a vulnerabilidade das jovens à demissão não somente é menor em relação ao conjunto dos jovens do sexo masculino, mas também menor no caso em que esses dois segmentos apresentam baixo grau de instrução. Na Bahia, as diferenças a favor das jovens com baixo grau de instrução em relação aos jovens na mesma situação é bem acentuada e maior do que no Estado de São Paulo, tanto em 2002 como em 2005. A vulnerabilidade à demissão das jovens baianas com baixo grau de instrução, em 2002 e 2005, era menor do que a das jovens paulistas na mesma situação.

Tanto em 2002 como em 2005, quando se considera os jovens com o segundo grau completo, no conjunto do país, a vulnerabilidade à demissão não é diferente entre os jovens do sexo masculino e do sexo feminino. No Estado da Bahia, os jovens do sexo masculino com segundo grau completo apresentavam, tanto em 2002 como em 2005, uma leve desvantagem em relação às jovens com esse grau de instrução.

No conjunto do país, a vulnerabilidade dos jovens com o segundo grau completo, do sexo masculino ou feminino, também é bem mais elevada do que a vulnerabilidade dos idosos (em qualquer situação), maior do que o conjunto das mulheres e das pessoas com o segundo grau completo, tanto em 2002 como em 2005. Em geral, esse comportamento vale também para os estados de São Paulo e da Bahia, tanto em 2002 como em 2005.

No conjunto do país, o total de pessoas com o segundo grau completo, tanto em 2002 como em 2005, aponta uma das menores situações de vulnerabilidade à demissão (situação apenas pior do que a do conjunto dos idosos). No Estado da Bahia, a situação é semelhante; mas nesse caso, a vulnerabilidade à demissão do conjunto das pessoas com o segundo grau completo é um pouco pior apenas do que a do conjunto dos idosos e das mulheres. No Estado

de São Paulo, a vulnerabilidade à demissão do conjunto das pessoas com o segundo grau completo é ainda menor; nem mesmo é superior a do conjunto dos idosos e metade da observada no conjunto das mulheres, tanto em 2002 como em 2005. Essas informações sugerem que a situação de vulnerabilidade à demissão é tanto menor quanto mais elevada é a idade e maior o grau de instrução, e que as pessoas do sexo feminino também apresentam, relativamente às do sexo masculino, menor vulnerabilidade à demissão.

**QUADRO 4.6**  
**Indicadores de Vulnerabilidade no Setor Formal. Demitidos sem justa causa motivada pelo empregador**  
**Estado da Bahia – 2005**

BA	Estoque em 31/12/2005	Indicador 1		Indicador 2		Indicador 3	
		Números absolutos	Números absolutos de demitidos sem justa causa	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Participação Relativa no estoque (%) (1)	Participação Relativa nos demitidos sem justa causa (%) (2)	Razão entre (2) e (1)
Total	1.596.990	343.688	21,5	100,0	100,0	1,0	
Total de Homens	924.496	247.020	26,7	57,9	71,9	1,2	
Total de Mulheres	672.494	96.668	14,4	42,1	28,1	0,7	
Total de Jovens (16 a 24 anos)	249.283	81.827	32,8	15,6	23,8	1,5	
Total de Adultos (de 25 a 59 anos)	1.310.257	258.487	19,7	82,0	75,2	0,9	
Total de Idosos (60 ou mais)	36.841	3.349	9,1	2,3	1,0	0,4	
Total de pessoas com até o primeiro grau completo	537.849	157.011	29,2	33,7	45,7	1,4	
Total de pessoas com segundo grau completo	939.002	153.409	16,3	58,8	44,6	0,8	
Jovens sexo masculino	158.431	57.469	36,3	9,9	16,7	1,7	
Jovens sexo feminino	90.852	24.358	26,8	5,7	7,1	1,2	
Jovens sexo masculino com o primeiro grau completo	59.543	27.696	46,5	3,7	8,1	2,2	
Jovens do sexo masculino com segundo grau completo	74.823	21.336	28,5	4,7	6,2	1,3	
Jovens do sexo feminino com o primeiro grau completo	11.288	3.585	31,8	0,7	1,0	1,5	
Jovens do sexo feminino com o segundo grau completo	70.045	17.952	25,6	4,4	5,2	1,2	
Idosos do sexo masculino	22.244	2.747	12,3	1,4	0,8	0,6	
Idosas do sexo feminino	14.597	602	4,1	0,9	0,2	0,2	
Idosos do sexo masculino com o primeiro grau completo	12.384	1.848	14,9	0,8	0,5	0,7	
Idosos do sexo masculino com segundo grau completo	8.891	745	8,4	0,6	0,2	0,4	
Idosos do sexo feminino com o primeiro grau completo	5.785	255	4,4	0,4	0,1	0,2	
Idosos do sexo feminino com segundo grau completo	8.328	311	3,7	0,5	0,1	0,2	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2002

Assim, no conjunto do país e na Bahia, os idosos exibem as melhores situações em termos de vulnerabilidade à demissão, tanto em 2002 como em 2005. As mulheres idosas apresentam, no mínimo, metade do risco à demissão em relação aos idosos, em todos os universos e anos considerados, mas essa diferença é ainda maior a favor das mulheres idosas na Bahia.

Também para o universo dos idosos, tanto em 2002 como em 2005, os homens de baixo grau de instrução representam pelo menos o dobro do risco à demissão, em relação às mulheres idosas com o mesmo grau de instrução, no conjunto do país e no Estado da Bahia.

No caso de São Paulo, as mulheres idosas com baixo grau de instrução também mostram menor vulnerabilidade à demissão, tanto em 2002 como em 2005, mas as diferenças em relação aos homens idosos com esse grau de instrução não são tão acentuadas como no conjunto do país e, principalmente, em relação à Bahia, onde as diferenças a favor das mulheres idosas são ainda maiores.

Diferentemente do que ocorre entre os jovens, o fato dos idosos apresentarem o segundo grau completo não reduz a vulnerabilidade à demissão dos homens idosos em relação às mulheres idosas, em nenhum dos universos considerados, tanto em 2002 como em 2005. Nos casos dos estados da Bahia e de São Paulo, a vulnerabilidade dos idosos com segundo grau completo à demissão é muito maior do que em relação às idosas com o mesmo grau de instrução (Quadros 4.1 a 4.6).

Em resumo, os jovens e as pessoas com baixo grau de instrução são os segmentos que exibem as maiores vulnerabilidades à demissão, e os idosos e as mulheres, geralmente em quase todas as situações, apresentam as menores vulnerabilidades no conjunto dos ocupados do setor formal do país, no Estado de São Paulo e na Bahia. Como o grau de vulnerabilidade à demissão é maior entre os jovens do sexo masculino do que do sexo feminino, mas ele não é diferente para os jovens (de ambos os sexos) que têm o segundo grau completo, no conjunto do país, na Bahia e em São Paulo, a maior exposição dos jovens do sexo masculino pode estar sendo fortemente influenciada pelo menor grau de instrução do sexo masculino, mas também por outros motivos que tornam jovens masculinos com baixo grau de instrução mais suscetíveis à demissão que as jovens com o mesmo grau de instrução.

Essa maior vulnerabilidade dos jovens do sexo masculino à demissão deve ter importância no fato de que o conjunto dos homens apresenta maior vulnerabilidade à demissão do que o conjunto das mulheres; relevância que deve ser relativizada, pois os homens idosos, para qualquer situação de grau de instrução considerada, exibem também maior vulnerabilidade à demissão do que o conjunto das mulheres, para qualquer universo e ano considerado. Dessa forma, pode-se concluir que fatores socioculturais e/ou ocupacionais contribuem para uma vulnerabilidade maior dos homens à demissão em relação às mulheres. Essas, sem dúvida, não estão em maior situação de vulnerabilidade à demissão do que os homens, em qualquer condição, sendo jovem ou apresentando maior ou menor grau de instrução.

Por fim, apesar de não ter acontecido profundas mudanças neste curto período de três anos, no que se refere às principais características da vulnerabilidade à demissão no Brasil, cabe mencionar as alterações mais relevantes: o conjunto dos homens reduziu um pouco sua

vulnerabilidade à demissão em relação ao conjunto das mulheres (que manteve seu grau de risco à demissão), movimento que aproximou um pouco a vulnerabilidade à demissão de homens e mulheres no Estado da Bahia; os jovens (tanto do sexo masculino como do feminino) com até o primeiro grau completo e também com o segundo grau completo elevaram marginalmente a exposição ao risco de demissão, no conjunto do país; no Estado de São Paulo, a elevação foi mais expressiva para os jovens do sexo masculino com grau de escolaridade menor.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises anteriores mostraram que a vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro é bem mais acentuada para alguns segmentos da população: mulheres, jovens, não brancos, famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, migrantes e alguns idosos. A vulnerabilidade a que estão submetidos esses grupos no mundo do trabalho brasileiro são também bastante diferenciadas em relação às situações de desemprego, de rendimentos, de assalariamento sem carteira e de trabalho autônomo de baixa renda. A elaboração de indicadores com maior grau de sobreposição das situações que geralmente tornam algumas parcelas mais vulneráveis no mundo do trabalho brasileiro mostrou que alguns segmentos apresentam níveis muito elevados de vulnerabilidade no mundo do trabalho quando, ao mesmo tempo, fazem parte de segmentos caracterizados pelo sexo feminino, por ser jovem, por ser negro, por ser migrante ou idoso. Mas os dados mostraram também que o grau de incidência para cada segmento também é muito influenciado pelo tipo de indicador utilizado para expressar a vulnerabilidade, pelo fato de a pessoa se encontrar no meio urbano ou rural, por viver numa região mais avançada economicamente (como São Paulo), ou mesmo dependendo do ritmo de expansão da economia e de oferta de oportunidades de ocupação.

Entretanto, como apresentado nas tabelas e detalhado em diversas notas, a maior sobreposição de características que potencialmente tornam as famílias ou pessoas mais vulneráveis demonstra um limite estatístico: em muitos casos, o tamanho da amostra não permite aumentar o grau de cruzamento entre as variáveis e os dados perdem significância estatística, como aconteceu em vários segmentos considerados para o Estado da Bahia – onde o número de entrevistados é menor. Assim, embora a elaboração de indicadores com sobreposições de diversas características das famílias ou das pessoas possam tornar mais

precisos os estudos sobre vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, é preciso ter em conta os limites das fontes de informações, e principalmente para trabalhar com unidades da federação que apresentam um tamanho da população ainda menor do que o Estado da Bahia. Ainda que não seja ideal, por tratar-se de pesquisa realizada a cada 10 anos, os dados do Censo Demográfico, que expressa uma amostra bem maior da população pesquisada, podem servir para avaliar grupos com características mais detalhadas, sem que se perca significância estatística, como ocorreu em alguns casos com os dados da PNAD. De qualquer forma, as informações obtidas com os indicadores propostos conformam um passo importante para avançar no estudo das diferentes situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho, num país tão heterogêneo como o Brasil. Assim, as principais informações apuradas a partir da análise realizada nas seções anteriores são resumidas a seguir.

Em geral, os indicadores de vulnerabilidade no mercado de trabalho são quase sempre piores para as mulheres (para o conjunto, para as jovens, as não brancas e as migrantes). No caso do desemprego, as taxas são também igualmente mais elevadas para os jovens e, portanto, as mulheres jovens enfrentam vulnerabilidade ao desemprego ainda maior do que os homens jovens e do que a maioria dos demais segmentos. As jovens não brancas apresentavam vulnerabilidade ao desemprego ainda maior do que as jovens brancas, principalmente no Estado de São Paulo. Assim, considerando as sobreposições de situações de vulnerabilidade, observa-se que o universo das jovens mulheres não brancas, no conjunto do país, exibe a maior taxa de desemprego (25%) entre os segmentos considerados, patamar que não se alterou entre 2002 e 2006. Entretanto, deve-se ressaltar que, para o conjunto do país, a vulnerabilidade ao desemprego, para os jovens, aumenta menos quando é contemplada a diferença de cor da pele do que quando se considera as distinções de sexo. Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos a vulnerabilidade ao desemprego também é elevada, principalmente para as mulheres não brancas e para aquelas com baixo grau de instrução. Para os segmentos vulneráveis no universo masculino, no conjunto do país, o desemprego também afeta mais os jovens (do que os idosos), os homens não brancos do que os brancos, mas não se diferencia muito para os que têm apenas o primeiro grau completo em relação àqueles que completaram o segundo grau.

E essas diferenças são também significativas no meio urbano e no meio rural. No meio urbano, por exemplo, a vulnerabilidade ao desemprego é bem maior do que no meio rural. As mulheres jovens se mantêm como o segmento feminino mais vulnerável ao desemprego no meio rural (quatro vezes a média do desemprego no meio rural), mas o segundo lugar é

ocupado pelas mulheres com o segundo grau completo, superando o universo de famílias chefiadas por mulheres com filhos pequenos, mulheres migrantes e não brancas. No meio urbano, os homens com o segundo grau completo apresentam uma taxa de desemprego pouco menor do que aqueles que somente completaram o primeiro grau. Já no meio rural observa-se, como aspecto diferente do conjunto do país e do meio urbano, o fato de que a taxa de desemprego é praticamente a mesma entre homens brancos e não brancos, e que os homens com o segundo grau completo exibem uma taxa de desemprego muito superior àqueles que somente concluíram o primeiro grau. O conjunto do segmento dos idosos não apresenta uma elevada vulnerabilidade ao desemprego. No caso dos migrantes, a vulnerabilidade ao desemprego mostrou-se mais acentuada quando associada a outras situações, como para as jovens não brancas migrantes.

Enfim, no que se refere à vulnerabilidade ao desemprego, é importante considerar que os segmentos mais vulneráveis são os jovens, as mulheres e as pessoas não brancas e, claramente, a vulnerabilidade se acentua à medida que essas características estão sobrepostas, ou seja, para as mulheres jovens não brancas. Entre as mulheres jovens, os dados parecem indicar que a vulnerabilidade ao desemprego aumenta mais quando as mulheres não são brancas do que quando elas têm baixo grau de instrução.

A análise das diferenças de vulnerabilidade em relação ao desemprego, em função da consideração de algumas características no interior dos universos feminino e masculino, reforça a importância da já destacada necessidade de realizar sobreposições de situações de vulnerabilidade para melhor compreender a relação entre os segmentos e suas desvantagens em termos de aproveitar as oportunidades de trabalho. A relevância de analisar as diferenças entre o meio rural e o meio urbano, assim como em unidades distintas da federação brasileira, pode ser ilustrada pelo fato de que as informações mostram claramente que a vulnerabilidade ao desemprego é maior no meio urbano do que no meio rural e que, no Estado de São Paulo, as desvantagens dos jovens não brancos (relativamente aos brancos) apresentava-se de forma mais acentuada do que no Estado da Bahia.

Por outro lado, quando se considera como expressão da vulnerabilidade no mundo do trabalho o rendimento nominal médio, observa-se que o problema é maior no meio rural, com muitos segmentos apresentando baixos rendimentos, e não no meio urbano – que exhibe níveis mais elevados de rendimentos. A consideração do rendimento médio do trabalho mostra que também o universo feminino mostra menores rendimentos em todas as situações contempladas, tanto no meio urbano como no rural. As mulheres com o primeiro grau

completo, as jovens e as não brancas são as que demonstram os rendimentos mais reduzidos no conjunto do país, e também no meio urbano. No meio rural, são as mulheres não brancas, seguidas das jovens e das idosas as que apresentam, pela ordem, os menores rendimentos médios nominais do trabalho. Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos, a maior vulnerabilidade aos baixos rendimentos está associada ao baixo grau de instrução e às pessoas não brancas.

Os jovens também conformam um segmento com elevada vulnerabilidade aos baixos rendimentos. Tanto no conjunto do país como no Estado de São Paulo, nenhum segmento entre os jovens apresentava rendimento nominal médio acima da média; entre eles, tanto em 2002 como em 2006, os maiores rendimentos foram observados para os jovens homens brancos com o segundo grau completo, e os menores para as jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução. De qualquer forma, os dados apontam que, entre os jovens, aqueles mais vulneráveis aos baixos rendimentos são, pela ordem, as pessoas com baixo grau de instrução, do sexo feminino e não brancas. Claramente, a sobreposição dessas características tem forte impacto em termos de elevação da vulnerabilidade relacionada aos reduzidos rendimentos do trabalho.

No conjunto do país e no meio urbano, entre os segmentos vulneráveis do sexo masculino, os jovens, os homens com o primeiro grau completo e os não brancos são os que apresentam os menores rendimentos; no meio rural são os homens jovens, seguidos pelos homens não brancos e pelos idosos os que representam os piores rendimentos. Entre os idosos, a vulnerabilidade em relação aos rendimentos é muito influenciada pelo baixo grau de instrução. Entre os idosos, os dados parecem indicar que as situações de maior vulnerabilidade aos baixos rendimentos, após o grau de instrução, estão mais associadas ao sexo feminino e às pessoas não brancas. Entre os migrantes, são os segmentos de mulheres não brancas e jovens os que exibem maior vulnerabilidade aos baixos rendimentos. No caso dos migrantes também se observa que o grau de instrução é um fator importante, pois apenas os migrantes com pelo menos o segundo grau completo expressam rendimentos mais elevados do que a média.

Quando se considera a incidência do assalariamento sem carteira de trabalho assinada, como expressão da vulnerabilidade, verifica-se que as mulheres, os jovens e as pessoas com baixo grau de instrução são os grupos que se encontram nas piores situações. Entre as pessoas do sexo feminino, pela ordem, são as mulheres jovens, chefes de famílias sem cônjuge com



filhos pequenos, mulheres migrantes e não brancas os segmentos que apresentam as piores situações de vulnerabilidade ao trabalho sem carteira. Entre as mulheres jovens (brancas e não brancas) havia uma proporção de trabalhadoras sem carteira mais elevada do que entre os homens jovens.

Entre os homens, nota-se que a vulnerabilidade expressa pelo assalariamento sem carteira de trabalho assinada, no conjunto do país, é maior para os jovens, seguidos dos migrantes, não brancos e homens com apenas o primeiro grau completo. Entre os grupos de jovens do sexo masculino, observa-se maior vulnerabilidade ao assalariamento entre os jovens não brancos.

A escolaridade, como já verificado nas análises anteriores, é um importante atributo para a definição do grau de vulnerabilidade dos grupos, também no caso dos trabalhadores sem carteira. Entre os jovens com baixo grau de instrução (brancos e não brancos, homens e mulheres) é de aproximadamente 100% maior do que a observada entre os jovens com segundo grau completo ou mais no Estado de São Paulo e no Brasil.

Em comparação com o total dos trabalhadores assalariados, a maioria dos grupos dos idosos apresenta uma proporção de trabalhadores sem carteira menor do que a média verificada no conjunto do país e nos estados de São Paulo e da Bahia. Entre os migrantes, a vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira é maior que a média nacional, o que ocorre para praticamente todos os segmentos de migrantes, com exceção dos migrantes baianos com segundo grau completo ou mais.

A participação do trabalho sem carteira era, em geral, relativamente maior no meio urbano do que no conjunto do país. No meio rural, são as chefes de famílias sem cônjuge com filhos pequenos as que apresentam maior grau de vulnerabilidade em relação ao assalariamento sem carteira de trabalho assinada, seguidas pelas jovens, pelas migrantes, mulheres com o segundo grau completo e mulheres não brancas. É interessante notar que o conjunto de mulheres com até o primeiro grau completo mostra reduzido grau de vulnerabilidade em relação ao assalariamento sem carteira assinada no meio rural.

Em geral, o grau de assalariamento sem carteira de alguns segmentos do sexo feminino é menor no meio rural do que no meio urbano. Entretanto, é essencial destacar que, para as mulheres, um maior grau de instrução (segundo grau completo) não reduz a sua vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira no meio rural, enquanto que para o conjunto

das mulheres com o primeiro grau completo, a vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira é comparativamente muito maior no meio urbano do que no meio rural. Isso parece apontar que um maior grau de instrução é importante para reduzir a vulnerabilidade (das mulheres) ao assalariamento sem carteira de trabalho no meio urbano, mas não no meio rural.

No meio urbano, a tendência também é a mesma, com exceção de que o conjunto de pessoas com o primeiro grau completo apresenta uma incidência de trabalho assalariado sem carteira levemente maior do que os homens não brancos. No meio rural, a vulnerabilidade masculina ao assalariamento sem carteira de trabalho assinada, pela ordem, é maior também para jovens, migrantes, não brancos, homens chefes de famílias sem cônjuges com filhos pequenos e pessoas com apenas o primeiro grau completo.

Essas diferenças, relativas à vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira no meio rural e urbano, apontam para a importância de realizar análises considerando as diferenças existentes entre o meio urbano e rural e revelam os diferentes impactos das características distintas das estruturas produtivas (rural e urbana) sobre as situações de vulnerabilidade ao assalariamento sem carteira em diversos segmentos da população.

No que se refere à vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda, observa-se que ela é maior para as pessoas idosas, tanto para homens como para mulheres, mas é mais freqüente entre os homens idosos (para quase metade deles). Entre as pessoas do sexo masculino, além dos idosos, o trabalho autônomo está principalmente presente entre os homens com apenas o primeiro grau completo, entre as famílias chefiadas por homens sem cônjuge com filhos pequenos e entre os homens não brancos. Em geral, os jovens apresentam baixa participação no grupo de trabalhadores autônomos e também no de trabalhadores autônomos de baixa renda (com renda até um salário mínimo). Entre os jovens (homens e mulheres), os que exibem maior vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda são os não brancos com baixo grau de instrução.

Entre as mulheres, a presença do trabalho autônomo é bem menor do que entre os homens, entretanto, entre as mulheres idosas, a presença do trabalho autônomo é o dobro da observada no conjunto das mulheres e bem acima da participação total (entre homens e mulheres). No meio urbano, além das mulheres idosas, a participação do trabalho autônomo também é maior do que para a média do conjunto do país para as mulheres com apenas o primeiro grau completo. Ao contrário, no meio rural, a presença do trabalho autônomo entre

as mulheres idosas é bem reduzida. Mas tanto entre as idosas como entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, a presença do trabalho autônomo é bem maior do que a média observada no conjunto das mulheres no meio rural.

A análise do indicador de vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda para os idosos e migrantes também apontou que é significativo o percentual de idosos homens não brancos com baixo grau de instrução que se enquadram neste perfil de vulneráveis.

A vulnerabilidade à demissão no setor formal apresentava-se de forma mais intensa para os jovens do que para os adultos e idosos (sejam eles do sexo masculino ou feminino), principalmente para os jovens do sexo masculino, tanto para o conjunto do país como para as duas unidades da federação consideradas. A vulnerabilidade é ainda mais acentuada para os jovens do sexo masculino com menor grau de instrução, no conjunto do país e nas duas unidades da federação, com uma incidência levemente maior na Bahia. Chama a atenção também o fato de que as mulheres mostravam, relativamente aos homens, uma probabilidade maior de se manter no emprego: a participação no total dos demitidos representava 80% do total da participação no total dos ocupados, enquanto que a dos homens era de 120%, em 2002.

Em resumo, os jovens e as pessoas com baixo grau de instrução são os segmentos que apresentam as maiores vulnerabilidades à demissão, e os idosos e as mulheres, geralmente em quase todas as situações, exibem as menores vulnerabilidades no conjunto dos ocupados do setor formal do país, no Estado de São Paulo e na Bahia. A maior exposição dos jovens do sexo masculino pode estar sendo fortemente influenciada pelo menor grau de instrução do sexo masculino, mas também por outros motivos que tornam jovens masculinos com baixo grau de instrução mais suscetíveis à demissão que as jovens com o mesmo grau de instrução.

Mesmo apresentando menor vulnerabilidade ao desemprego do que os jovens do sexo masculino, é importante destacar que a vulnerabilidade à demissão entre as mulheres jovens, no conjunto do país, era muito mais elevada do que a verificada no conjunto dos ocupados do setor formal, dos homens, do conjunto das mulheres, dos idosos, tanto em 2002 como em 2005. A vulnerabilidade à demissão das jovens baianas com baixo grau de instrução, em 2002 e 2005, era menor do que a das jovens paulistas na mesma situação. No conjunto do país, o total de pessoas com o segundo grau completo, tanto em 2002 como em 2005, mostra uma das menores situações de vulnerabilidade à demissão (situação apenas pior do que a do conjunto

dos idosos). Essas informações sugerem que a situação de vulnerabilidade à demissão é tanto menor quanto mais elevada é a idade e maior o grau de instrução, e que as pessoas do sexo feminino também apresentam, relativamente às do sexo masculino, menor vulnerabilidade à demissão.

As informações relativas aos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro mostraram que também a diferenciação da análise, segundo distintas unidades da federação, pode revelar aspectos importantes. Assim, por exemplo, no que refere ao desemprego, para o segmento das mulheres jovens (brancas e não brancas) com baixo grau de instrução, a vulnerabilidade ao desemprego é sempre bem maior em São Paulo do que na Bahia. Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge brancas, a vulnerabilidade ao desemprego era maior no Estado de São Paulo do que na Bahia. Entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge não brancas, a vulnerabilidade ao desemprego também era bem mais elevada no Estado de São Paulo do que na Bahia.

Como já era esperado, os menores rendimentos se verificam na Bahia. A maior vulnerabilidade a essa situação de baixos rendimentos é observada entre as mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos e com baixo grau de instrução.

Em relação ao total de trabalhadores sem carteira assinada, o Estado de São Paulo apresenta uma proporção (22%) menor do que a verificada para o Estado da Bahia (28,5%) e o Brasil (24,3%), indicando uma situação de menor vulnerabilidade, que se mantém para a maioria dos grupos jovens e de mulheres chefes de família, se comparadas a seus congêneres na Bahia. No caso da Bahia, também refletindo o maior grau de vulnerabilidade dos baianos ao assalariamento sem carteira assinada, a vulnerabilidade é maior para a maioria dos grupos de jovens e de mulheres chefes de família sem cônjuge. Também nesta unidade da federação, a proporção de migrantes sem carteira (nos vários segmentos de migrantes) é muito mais elevada do que a observada em São Paulo e no Brasil.

No Estado da Bahia, também se verifica a maior vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda, com destaque para os jovens homens não brancos com baixo grau de instrução, segmento que apresenta uma vulnerabilidade bem maior que a de São Paulo e também maior do que o conjunto do país. No caso das mulheres chefes de família sem cônjuge com filhos pequenos, os baianos são também os que exibem os mais elevados níveis de vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda. As mulheres chefes de família não

brancas com baixo grau de instrução são as que mostram maior vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda. Estão, portanto, acima da média do total na Bahia e muito acima do grau de vulnerabilidade, para este mesmo segmento, observado em São Paulo e no Brasil.

No Estado da Bahia, a vulnerabilidade à demissão entre os jovens era levemente superior a dos jovens do Estado de São Paulo e do conjunto do país, tanto em 2002 como em 2005. No caso dos jovens do sexo masculino, na Bahia o grau de vulnerabilidade era ainda maior, se comparada à situação no Estado de São Paulo (em 2002 e 2005) e ao conjunto do país (apenas em 2005). Entre as mulheres jovens a vulnerabilidade era menor na Bahia do que no Estado de São Paulo (em 2002) e no conjunto do país (em 2002 e 2005).

No que se refere às diferenças de vulnerabilidade à demissão, entre as duas unidades da federação consideradas, observa-se que na Bahia, os idosos apresentam as melhores situações em termos de vulnerabilidade à demissão, tanto em 2002 como em 2005. As mulheres idosas mostram, no mínimo, metade do risco à demissão em relação aos idosos, em todos os universos e anos considerados, mas essa diferença é ainda maior a favor das mulheres idosas na Bahia. Também para o universo dos idosos, tanto em 2002 como em 2005, os homens de baixo grau de instrução exibem pelo menos o dobro do risco à demissão, em relação às mulheres idosas com o mesmo grau de instrução, no conjunto do país.

As diferenças a favor das jovens na Bahia são muito mais pronunciadas porque os jovens baianos do sexo masculino apresentam as mais elevadas vulnerabilidades à demissão, em relação a São Paulo e ao conjunto do país. Essas diferentes situações de vulnerabilidade, entre os estados de São Paulo e da Bahia, geralmente expressando situações desfavoráveis para diversos segmentos baianos, revelam como é importante buscar captar os impactos que distintas estruturas produtivas, socioeconômicas e culturais têm sobre a situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho em diversos segmentos da população.

A análise da evolução de diferentes formas de vulnerabilidade no mundo do trabalho, mesmo num período relativamente curto, como o período 2002-2006, revela algumas modificações relevantes. No que refere ao desemprego, com a redução da taxa de desemprego no país, observa-se que o desemprego reduziu-se praticamente para todos os segmentos femininos; a exceção é o segmento das mulheres jovens, para o qual o desemprego aumentou, reafirmando a expressiva vulnerabilidade deste segmento a desemprego. Deve-se destacar que

a redução do desemprego foi claramente mais expressiva para as mulheres com maior grau de instrução em relação aos homens nessa condição.

No Estado de São Paulo, a vulnerabilidade ao desemprego reduziu-se mais entre os não brancos (redução de 12,5% da taxa de desemprego) do que entre os brancos (redução de 7,1% da taxa de desemprego), entre 2002 e 2006. Isso pode estar apontando para o fato de que o ritmo de redução do desemprego (mais acentuado) ou um elevado ritmo de crescimento econômico e de geração de emprego pode afetar relativamente, de forma mais intensa, alguns segmentos mais vulneráveis ao desemprego, ou seja, aqueles que justamente são mais afetados quando as taxas de desemprego são crescentes e/ou encontram-se em patamares mais elevados.

Parece muito provável que a maior redução do desemprego no Estado de São Paulo foi um fator relevante para a diminuição da diferença entre o grau de vulnerabilidade dos jovens não brancos nessas duas unidades da federação. O maior ritmo de redução das taxas de desemprego no Estado de São Paulo – onde o desemprego era também mais elevado – deve ter contribuído de forma importante para que a vulnerabilidade ao desemprego entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos – brancas e, principalmente, não brancas – fosse sensivelmente reduzida, entre 2002 e 2006.

Pode-se dizer, portanto, que com o maior ritmo de redução do desemprego no Estado de São Paulo, entre 2002 e 2006, a maior vulnerabilidade ao desemprego das mulheres jovens não brancas em relação às mulheres jovens brancas que era observada neste Estado, em relação à Bahia, praticamente desapareceu. As taxas de desemprego entre as mulheres jovens não brancas continuaram, em 2006, em patamares mais elevados no Estado de São Paulo do que na Bahia, mas a maior vulnerabilidade ao desemprego em relação ao segmento de mulheres jovens brancas passou a ser praticamente a mesma nas duas unidades da federação (cerca de 20% de taxa de desemprego maior para as mulheres jovens não brancas). É interessante notar que entre os migrantes, a vulnerabilidade ao desemprego não foi reduzida, entre 2002 e 2006, nos segmentos em que ela é mais elevada (migrantes jovens, migrantes mulheres jovens, migrantes mulheres jovens e não brancas).

Com a leve redução do assalariamento sem carteira no conjunto do país, todos os segmentos femininos vulneráveis também apresentaram leve redução do assalariamento sem carteira, entre 2002 e 2006. Neste período, o assalariamento sem carteira reduziu-se também

entre as pessoas do sexo masculino no conjunto do país, como reflexo da queda ocorrida no meio urbano, pois no meio rural não houve alteração: somente não houve queda do assalariamento sem carteira para o conjunto dos homens com o primeiro grau completo, que, ao contrário, foi aumentada entre 2002 e 2006. Enquanto a proporção de jovens brancos sem carteira assinada, no Estado de São Paulo e no conjunto do país, apresentou pequena redução (0,6% e 1,2% respectivamente), na Bahia, houve aumento significativo da proporção de assalariados sem carteira entre os jovens brancos, de aproximadamente oito pontos percentuais, aproximando-se da proporção de assalariados sem carteira entre os jovens não brancos em 2006 neste estado.

Ao analisar o período de 2002 a 2006, percebe-se um sensível crescimento nos rendimentos, seja em São Paulo e na Bahia e também para o conjunto do país, no entanto, aumentos mais significativos foram verificados na Bahia, comparativamente aos registrados em São Paulo. A evolução dos rendimentos foi sempre mais favorável às pessoas do sexo masculino, entre 2002 e 2006, com exceção do conjunto das mulheres com o primeiro grau completo. Esse comportamento foi semelhante no meio urbano, mas, no meio rural, a exceção foi a elevação dos rendimentos das mulheres idosas num ritmo maior do que o dos homens idosos. É importante destacar que entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, no conjunto do país, os maiores incrementos de rendimentos, entre 2002 e 2006, ocorreram para aquelas famílias chefiadas por mulheres não brancas e com baixo grau de instrução.

Entre 2002 e 2006, houve uma redução na vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda na maioria dos segmentos, tanto em São Paulo como no conjunto do país. Na Bahia, a redução foi menos generalizada e determinados segmentos apresentaram, inclusive, aumento da vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda, como foi o caso dos jovens brancos, das jovens mulheres brancas, das jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução, entre outros. Isso indica que o aumento da vulnerabilidade ao trabalho autônomo de baixa renda atingiu grupos de jovens de diferentes graus de instrução, sexo e cor ou raça.

---

Em 2005, o grau de vulnerabilidade das mulheres à demissão se manteve praticamente no mesmo patamar de 2002; neste período, a vulnerabilidade dos homens à demissão mostrou uma redução. No conjunto dos jovens do sexo masculino, a vulnerabilidade à demissão não foi reduzida, entre 2002 e 2005, em nenhum dos universos considerados, e nos dois anos se

manteve mais elevada na Bahia. Neste último ano, com a leve redução da vulnerabilidade das jovens mulheres à demissão no Estado de São Paulo, as jovens paulistas passaram a apresentar a mesma vulnerabilidade à demissão das jovens baianas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKER, Richard; CHERNYSHEV, Igor; EGGER, Philippe; MEHRAN Farhad e RITTER, Joseph A. La medición del trabajo decente con indicadores estadísticos. Revista Internacional del Trabajo, vol. 122 (2003), núm. 2. <http://www.oit.org.pe>
- ATTANASIO, Orazio y Miguel Székely (comp.). (1999). “Pobreza y activos en la América Latina”. El Trimestre Económico, vol. LXVI(3), núm. 263, Julio-Septiembre. México.
- BARRO, P.; D. de los Ríos y F. Torche. (1996). “Lecturas sobre Exclusión Social”. Oficina Internacional del Trabajo (OIT). Santiago de Chile.
- BUSO, Gustavo. Vulnerabilidad Social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo xxi. Seminario Internacional: Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 20 y 21 de junio de 2001. In. <http://www.eclac.org>
- CARBONETTO, D; HOYLE, J; TUEROS, M. (1988): .Lima: sector informal. Ediciones CEDEP, Lima.
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19-40, 1997a.
- \_\_\_\_\_. As armadilhas da exclusão. In Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997b, pp. 15-48.
- CELADE. (1999b.). “Vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe”. Área de Población y Desarrollo. LC/DEM/R.298, Santiago de Chile.
- CEPAL. (2000 a.). “Panorama social de América Latina”. LC/G.2068-P, Santiago de Chile.
- DE SOTO, Hernando (1987): “El otro sendero” Editorial Sudamericana, Buenos Aires
- DIEESE – CESIT/UNICAMP. Projeto de qualificação social para atuação de sujeitos ou grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de políticas públicas. Subprojeto 3 e 4: Indicadores de Trabalho Decente e Vulnerabilidade. Produto 2: Aspectos metodológicos dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro. Mimeo, 2007.
- FERES, Juan Carlos y Xavier Mancero. (2001). “Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura”. CEPAL. LC/L 1479-P, Santiago de Chile
- GARCÍA SERRANO, C.; M. A. Malo y G. Rodríguez Cabrero (1998). “Un intento de medición de la vulnerabilidad ante la exclusión social”. Unidad de Políticas Comparadas (CSIC). Documento de trabajo 00-13. España.
- GARCIA, Brígida. La situación laboral precaria: marcos conceituales e ejes analíticos pertinente. Revista Trabajo, ano 2, nº 3, Julio-diciembre de 2006, OIT-México.

- IBGE. Censo Demográfico de 2000.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2002.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 2006
- INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. <http://www.observatoriosocial.org.br>
- KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec.2001.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.
- \_\_\_\_\_. et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)
- \_\_\_\_\_. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). [www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos](http://www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos).
- KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Estados Unidos, França e Brasil. RBCS. Vol. 18 nº 51 fevereiro, 2003.
- LIND, Michael. The Next American Nation: The New Nationalism and the Fourth American Revolution. New York. The Free Press, 1995.
- MAC-CLURE, O. y R. Urnameta. (1996). “Evaluación de las políticas frente a la pobreza y la Exclusión en Chile”. OIT. Santiago de Chile.
- MANCERO, Xavier. (2001). “La medición del desarrollo humano: elementos de un debate”. CEPAL. LC/L.1518-P, Santiago de Chile.
- MARTÍNEZ, Jorge. (2000). “Migración internacional de jóvenes latinoamericanos y caribeños: protagonismo y vulnerabilidad”. CEPAL-CELADE. LC/L1407/Corr.1-P, Santiago de Chile.
- MOSER, Caroline. (1998). “The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies”. World Development, vol 26 N 1, Gran Bretaña, Elsevier Science.
- NIRENBERG, Olga; Josette Brawerman y Violeta Ruíz. (2000). “Evaluar para la transformación. Innovaciones en la evaluación de programas y proyectos sociales”. PAIDOS. Buenos Aires.
- OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho. <http://www.ilo.org>
- \_\_\_\_\_. Escritório no Brasil. <http://www.oitbrasil.org.br>

- \_\_\_\_\_. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. <http://www.oit.org.pe>
- PERONA, Nélide, C. Crucella, G. Rocchi y R. Silva. (2001). “Vulnerabilidad y exclusión social. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares”.
- PIZARRO, Roberto. (2001). “La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina”. Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos nro. 6. CEPAL. Santiago de Chile.
- PNUD. (1999). “Informe de Desarrollo Humano 1998”. Bolivia.
- POK, Cynthia e LORENZETTI, Andrea: El abordaje conceptual-metodológico de la informalidad. In. Revista Lavboratorio - Estudios sobre Cambio Estructural y Desigualdad Social (CEyDS) / Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Año 8. Número 20. Verano - Otoño 2007. <http://lavboratorio.fsoc.uba.ar>
- PORTES, A. (1995): .En torno a la informalidad: ensayo sobre teoría y medición de la economía no regulada. FLACSO-Porrúa Grupo Editorial, México.
- RIVADENEIRA, Luis. (2000). “Insumos sociodemográficos en la gestión de políticas sectoriales”. CEPAL-CELADE. LC/L.1460-P, Santiago de Chile.
- RODRÍGUEZ V., Jorge. (2000 a.). “Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales”. CEPAL-CELADE. LC/L.1422-P, Santiago de Chile.
- RODRÍGUEZ V., Jorge. (2000 b.). “Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes”. CEPAL-CELADE. LC/R.2043, Santiago de Chile.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). Brasília, 2002 e 2005.
- RUIZ TAGLE, Jaime. (1999). “La exclusión social en el mercado de trabajo. El caso del MERCOSUR y Chile”. OIT. Santiago de Chile.
- SALVIA, Agustín y Eduardo Donza. (2001). “Las estrategias familiares de vida en época de reformas”. Lavboratorio, Informe de coyuntura laboral. Año 2, nº 6, verano. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires. Argentina.
- SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/apresentacao.php>
- SEN, Amartya. (1999). “Romper el ciclo de la pobreza. Invertir en la infancia”. Conferencias magistrales. BID. Departamento de Desarrollo Sostenible, División de Desarrollo Social. Washington D.C., Estados Unidos.
- TORRADO, Susana y Rafael Rofman. (1988). “Clases sociales, familia y comportamientos sociodemográficos. Argentina 1970”. Cuadernos del CEUR. Centro de Estudios Urbanos y Regionales. Buenos Aires, Argentina.

VILLA, Miguel. (2000). “Vulnerabilidad social y sociodemográfica a escala de comunidades”. en Memoria del taller interno sobre vulnerabilidad social y sociodemográfica. CELADE

WELLER, Jürgen. (2000). “Tendencias del empleo en los años noventa en América Latina y el Caribe”. Revista de la CEPAL nº 72. CEPAL. Santiago de Chile.